



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**  
**Secretaria Nacional de Segurança Hídrica**  
**Departamento de Recursos Hídricos e de Revitalização de Bacias**  
**Hidrográficas**

**45ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos,**

Brasília/DF.  
25 de setembro de 2020.

*(Degravação ipsis verbis)*  
*Empresa ProixL Estenotipia*

1 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Bom dia a todos, pedimos que verifiquem  
2 ter acesso as funcionalidades da plataforma virtual, para participar da melhor forma  
3 possível nessa reunião à distância. Gostaríamos de dar boas-vindas, agradecer a  
4 presença de todos nessa reunião e para que possamos dar início a 45ª Reunião  
5 Extraordinária do Conselho, convidamos para abrir os trabalhos, o Secretário Nacional de  
6 Segurança Hídrica do MDR, Secretário-Executivo do CNRH, senhor Sérgio Luiz de Souza  
7 Costa.

8 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** – Bom  
9 dia a todos. Bom dia aos Conselheiros aqui presentes, do CNRH. Quero dizer a vocês  
10 que assumi há pouco tempo, hoje por incrível que pareça, faz um mês em que eu estou à  
11 frente da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica. Quero dizer a vocês que é um prazer  
12 de estar conduzindo essa reunião hoje, pela importância que é o CNRH, pela importância  
13 que nós achamos que a CNRH tem na condução das políticas públicas em relação aos  
14 recursos hídricos do país, quero dizer a vocês que me comprometo desde já a que o  
15 Conselho seja mais ativo, para que a gente, eu soube que o Conselho algum tempo, o  
16 ano passado se reuniu poucas vezes, mas eu espero que a gente possa nos reunir mais,  
17 porque segurança hídrica hoje é uma prioridade para o Ministério do Desenvolvimento  
18 Regional, é uma prioridade nossa. O Ministério e o governo, quer propor grandes projetos  
19 de segurança hídrica, mas isso não pode acontecer se eu não tiver o apoio e caminhar  
20 junto com o CNRH. Então quero dizer a vocês que para mim, o CNRH tem um papel  
21 fundamental da condução das políticas públicas em relação aos recursos hídricos. Então  
22 quero buscar fortalecer nossa relação em todos os Conselheiros. Temos muito a ganhar,  
23 temos muito a fazer daqui para frente, porque precisamos, principalmente hoje, hoje  
24 estamos aqui para discutir a questão da moção do PL 550, então isso mostra a  
25 importância que nós estamos dando ao Conselho, que eu acho que é importante com que  
26 o Conselho se, faltou a palavra, se manifeste e mostre o seu posicionamento à frente ao  
27 Governo Federal sobre a Lei de Segurança de Barragens. Quero comunicar a vocês que  
28 estou a par da situação do Comitê de Bacias do Grande, me preocupou muito a situação  
29 do Comitê do Grande. Vamos começar a construir uma solução junto com o Comitê, junto  
30 com a ANA, para que essa situação seja resolvida o mais rápido possível. Só peço um  
31 pouco de paciência, porque a gente sentando aqui na cadeira, tem que absorver muitas  
32 coisas, e a relação do Grandenão é uma questão fácil a ser resolvida, temos que  
33 transpor algumas questões jurídicas, temos que transpor algumas questões, então, mas  
34 fiquem certos que nós vamos resolver o problema do Grande o quanto antes, para que  
35 essa situação deixe pairar alguma dúvida. Então eu quero mais uma vez agradecer a  
36 presença de todos vocês, quero agradecer o empenho do Comitê, espero que a partir de  
37 agora possamos construir uma Política Nacional de Recursos Hídricos consolidada, certo,  
38 e para isso, para consolidar essa política, eu preciso caminhar, nós do Ministério, nós do  
39 governo, precisamos caminhar junto com o Conselho, respeitando sempre todas as  
40 opiniões, todos os contraditórios, eu acho que o contraditório é essencial, nós não somos  
41 obrigados às vezes a ter a mesma opinião, e por isso que as discussões têm que ser  
42 feitas, e o ambiente de uma discussão salutar, profícua, é o CNRH. Espero conduzir essa  
43 reunião de uma forma pacífica, de uma forma onde a gente tenha as nossas discussões,  
44 agora um respeitando o outro. Peço, como é um ambiente de videoconferência, um

45 ambiente que muitos não se adaptaram ainda, peço que a gente não seja muito prolixo,  
46 que nossas opiniões sejam dadas diretas e objetivas, para que não se torne uma reunião  
47 remota, para que a gente, e também para quem está do outro lado, possa prestar atenção  
48 que nossa reunião não se torne uma reunião morosa e cansativa. Está bom? Então muito  
49 obrigado a todos mais uma vez, solicito à Secretária, a Roseli, que faça, que realize o  
50 chamamento por instituição, para que possamos ver o quórum e começarmos nossa  
51 reunião do Conselho. Muito obrigado.

52 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Obrigada, Secretário. Então vou iniciar o  
53 chamamento por instituição. Ministério do Desenvolvimento Regional.

54 **SR. RENATO FERREIRA** – Presente. Renato Ferreira.

55 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Segunda vaga do Ministério do  
56 Desenvolvimento Regional.

57 **SR. GILSON PIRES DA SILVA (Membro Titular do CNRH)** – Presente, Gilson da  
58 Secretaria Nacional do Saneamento.

59 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Ministério da Justiça e Segurança  
60 Pública.

61 **MARCOS MESQUITA DAMASCENO** – Presente. Marcos, representando o Ministério da  
62 Justiça, mais especificamente a FUNAI.

63 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Ministério da Defesa.

64 **SR. ALEXANDRE BATISTA PIMENTEL (Membro Titular do CNRH)** – Comandante  
65 Pimentel, presente. Titular da pasta.

66 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Ministério de Relações Exteriores.

67 **SR. IGOR VIDAL (MRE)** – Olá, bom dia, quem está aqui é o Igor Vidal, Suplente.

68 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Ministério da Economia. Primeira vaga.

69 **SR. GUSTAVO DOS SANTOS GORETTI (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Gustavo  
70 Goretti.

71 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Bom dia, Gustavo. Bem-vindo. Ministério  
72 da Economia, segunda vaga.

73 **SR. FABIANO MEZADRE POMPERMAYER (Membro Titular do CNRH)** – Presente,  
74 Fabiano Pompermayer.

75 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Ministério da Infraestrutura.

76 **SR. ALEXANDRE VAZ SAMPAIO** – Presente, Alexandre, Conselheiro Suplente.

77 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Ministério da Agricultura, Pecuária e  
78 Abastecimento.

79 **SR. GUSTAVO GORETTI** – Desculpe, estava sem o microfone. Gustavo.

80 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Bem-vindo, Gustavo. Ministério da  
81 Cidadania.

82 **SR. ÊNIO MARQUES** – Bom dia, Ênio Marques, primeiro suplente.

83 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Ministério da Educação.

84 **SRª. JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANA (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Bom  
85 dia. Jane Fátima, Suplente, presente, representando a titular.

86 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Ministério da Saúde.

87 **SRª. ADRIANA CABRAL** – Bom dia. Adriana Cabral, sou primeira suplente,  
88 representando a nossa titular, Thaís Cavendish.

89 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Ministério de Minas e Energia, primeira  
90 vaga.

91 **SR. THIAGO GUILHERME FERREIRA PRADO (Membro 1º Suplente do CNRH)** –  
92 Thiago Prado, presente.

93 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Ministério de Minas e Energia, na  
94 segunda vaga.

95 **SR. GUILHERME GODOI** – Bom dia a todos. Guilherme Godoi, estou presente. Eu  
96 gostaria também de registrar que a presença do nosso técnico André Perin, foi indicado  
97 ontem pelo e-mail também pelo titular Domingos para nos representar nos debates  
98 associados ao tema, mas eu como suplente, estarei aqui também para orientar o voto,  
99 mas desde já ficou alinhado aí que o André vai trazer aí do MME.

100 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Está ok, obrigada. Ministério da Ciência,  
101 Tecnologia e Inovações.

102 **SRª. DIONE VÍTOR DOS SANTOS (Membro 2º Suplente do CNRH)** – Bom dia a todos.  
103 Dione Santos, segunda suplente.

104 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Ministério do Meio Ambiente. Ministério  
105 do Meio Ambiente, segunda vaga. Ministério do Turismo.

106 **SRª. SINARA LEANDRA SILVA ALVES DE SOUZA (Membro Titular do CNRH)** – Bom  
107 dia a todos. Sinara Leandra, Titular do Ministério do Turismo.

108 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Ministério da Mulher, da Família e dos  
109 Direitos Humanos. Agora Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos. Goiás, Mato Grosso  
110 e Mato Grosso do Sul.

111 **SR. LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI (Membro 1º Suplente do CNRH)** – Luiz  
112 Noquelli, Mato Grosso, presente. Primeiro suplente.

113 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Leonardo também se encontra, está bem  
114 gente, só para registrar. Distrito Federal, Espírito Santo.

115 **SR. HÉLIO DE CASTRO PAULINO (1º Suplente)** – Bom dia a todos. Hélio de Castro,  
116 primeiro suplente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo.

117 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Paraná, Rio Grande do Sul e Santa  
118 Catarina.

119 **SR. LEONARDO FERREIRA (Membro 2º Suplente do CNRH)** – Bom dia a todos.  
120 Leonardo Ferreira, segundo suplente e representante de Santa Catarina.

121 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Minas Gerais, Rio de Janeiro e São  
122 Paulo. Acho que eu vi o Luiz Santoro aí, não é?

123 **SR. LUIZ SANTORO** – Isso. Agora que eu consegui ligar. Bom dia a todos, segundo  
124 suplente, São Paulo.

125 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Bom dia. Amapá, Tocantins e Rondônia.

126 **SR. LUÍS ROBERTO TAKIYAMA (Membro Titular do CNRH)** – Bom dia a todos. Luí  
127 Takiyama, aqui do Amapá. Titular.

128 **SRª. DANIELE DA CUNHA OLIVEIRA** – Rondônia presente também, Daniele.

129 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Bem-vinda. Roraima, Amazonas, Pará.

130 **SR. JOSÉ CARLOS** – José Carlos, primeiro suplente do Amazonas.

131 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Ok José Carlos, bem-vindo. Ceará, Piauí  
132 e Maranhão.

133 **SR. RAMON FLÁVIO GOMES RODRIGUES (Membro Titular do CNRH)** – Bom dia a  
134 todos, Ramon Rodrigues, titular.

135 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Rio Grande do Norte, Paraíba e  
136 Pernambuco.

137 **LAYSSA MAIA ANDRADE** – Bom dia, Piauí está presente.

138 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Ok, Piauí também, não é? Rio Grande do  
139 Norte, Paraíba e Pernambuco. Paulo Varela e Fernando se encontram.

140 **SR. PAULO LOPES VARELA NETO** – Paulo Varela, presente, titular.

141 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Ok. Bahia, Sergipe e Alagoas. A Larissa,  
142 ela foi indicada, mas ainda não saiu a publicação, está bem, gente. O Ailton ou o  
143 Alexandro.

144 **SR. AILTON ROCHA** – Ailton Rocha, SEMA Sergipe, presente.

145 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Ok, obrigada, bem-vindo. Por fim,  
146 usuários e sociedade civil, irrigantes.

147 **SR. NELSON ANANIAS FILHO (Membro Titular do CNRH)** – Bom dia a todos. Nelson  
148 Ananias Filho, titular da Federação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

149 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Prestador de serviço público de  
150 abastecimento de água e esgotamento sanitário.

151 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (Membro Titular do CNRH)** – Wanderley  
152 Paganini, representante titular dos prestadores de serviços. Presente.

153 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Concessionários autorizados de geração  
154 hidrelétrica.

155 **SRª. MÔNICA IRION ALMEIDA (Membro Titular do CNRH)** – Mônica Irion Almeida,  
156 representando a ABRAGE, na titularidade aí das concessionárias e autorizadas de  
157 geração de energia.

158 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Setor hidroviário.

159 **SR. JOSÉ REBELO III (Membro Titular do CNRH)** – Bom dia, José Rebelo III, titular do  
160 setor hidroviário.

161 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Indústria.

162 **SR. DAVI BOMTEMPO (Membro Titular do CNRH)** – Bom dia. Davi Bomtempo,  
163 representante da Confederação Nacional da Indústria.

164 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Ok. Pescadores e usuários de recursos  
165 hídricos com a finalidade de lazer e turismo.

166 **SR. VINICIUS CRESPO** – Bom dia, Vinicius Crespo, segundo suplente.

167 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Bom dia. Comitê de Bacia Hidrográfica  
168 em Rio de Domínio da União.

169 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH)** – Bom dia a todos e  
170 todas, Anivaldo Miranda, Comitê de Bacias.

171 **SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (Membro Titular do CNRH)** – Bom dia  
172 senhoras e senhores. Jefferson. Estão me ouvindo bem? Não sei se estão me ouvindo,  
173 Jefferson Nascimento de Oliveira, representante das OTEPs.

174 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Bom dia, Jefferson. E organizações não  
175 governamentais.

176 **SR. MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS (Membro Titular do CNRH)** – Marco Antônio dos  
177 Santos, bom dia.

178 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Bom dia, Marco Antônio. Secretário,  
179 temos o quórum regimental para início da nossa reunião. 34 Conselheiros presentes.  
180 Além de suplentes, alguns suplentes.

181 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
182 Declaro aberta a sessão. Agradeço o plenário pelo alcance do quórum mínimo, e  
183 aproveito para solicitar que o mesmo seja mantido até o final da reunião para que  
184 possamos fazer nossas votações. Para o bom andamento do colegiado, solicito aos  
185 Conselheiros que mantenham seus microfones desligados, que sempre que pretendam  
186 fazer intervenção, ergam a mão para pedir a palavra por meio da respectiva função da  
187 plataforma Teams, e aguarde a palavra ser concedida segundo a ordem de inscrição  
188 virtual. Ao tomar a palavra, ativar o microfone e a webcam, informar seu nome completo,  
189 o órgão e entidade que representa, a cada intervenção que fizer, para fins de registro em  
190 áudio e vídeo, da webconferência. Para esta reunião, o método de avaliação será  
191 nominal, solicito que ao manifestar seu voto, ativar o microfone e a webcam. Peço a  
192 Secretária-Executiva que leia os procedimentos desta reunião.

193 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Procedimentos do Regimento Interno.  
194 Somente terão direito a voto os Conselheiros titulares. Os Conselhos suplentes, só  
195 poderão votar quando substituírem os titulares ante a sua notória ausência, ou se o titular  
196 expressamente delegar o voto ao suplente. Os Conselheiros suplentes terão o direito a  
197 voto. E os Conselheiros podem delegar seu critério, o uso da palavra para manifestação  
198 em plenária. Os Conselheiros inscritos serão chamados por sua ordem de inscrição, farão  
199 uso da palavra por três minutos, e deverão se ater exclusivamente ao assunto em

200 discussão. Caso se prolongue, o microfone será cortado, sem prévio aviso. Encerrada a  
201 discussão, os resultados obtidos serão submetidos ao escrutínio em plenário para fins de  
202 deliberação. Durante o rito da votação, não será concedida a palavra para  
203 pronunciamento e/ou a partes como regra. E a matéria será declarada aprovada ou  
204 rejeitada pelo quórum de maioria simples dos Conselheiros presentes. São essas  
205 orientações, Secretário.

206 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
207 Informo que a Secretaria-Executiva do CNRH não recebeu nenhuma solicitação de  
208 inclusão de matérias não constantes em pauta. A serem incluídas na ordem do dia da  
209 mesma sessão. Solicito à Secretária-Executiva que proceda a leitura da ordem do dia, se  
210 não proceder a leitura da ordem originalmente enviada.

211 **SR<sup>a</sup>. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – A ordem do dia é, após a abertura, a  
212 proposta de moção que apresenta considerações e recomendações quanto ao Projeto de  
213 Lei 550/2019, aprovado pela Câmara dos Deputados, visando subsidiar o Senado Federal  
214 e a Presidência da República na atual decisão referente a alterações na Política Nacional  
215 de Segurança de Barragem. Encaminhado pela Câmara Técnica de Segurança de  
216 Barragem – CTSB. Assuntos gerais e encerramento.

217 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
218 Informo inicialmente que foi publicada a Portaria 2.506 de 22 de setembro de 2020,  
219 atualizando a Portaria 2.765 de 2019, que designa os membros titulares e suplentes do  
220 Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Quadriênio 2019-2023. Foram atualizadas  
221 algumas representações do Governo Federal, dos Conselhos Estaduais de Recursos  
222 Hídricos e das Organizações Cívicas de Recursos Hídricos, conforme apresentado na tela.  
223 O documento foi encaminhado por meio de mensagem eletrônica aos senhores  
224 Conselheiros. Agradeço a participação e desejo boas-vindas aos novos Conselheiros.  
225 Vou passar a palavra agora para a Dra. Cristiane Battiston, ela que é a Coordenadora da  
226 Câmara Técnica de Segurança de Barragem, para que ela faça as devidas apresentações  
227 e considerações, certo, quanto a moção aqui, a moção que foi colocada em votação, em  
228 pauta. Cristiane, por favor.

229 **SR<sup>a</sup>. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MDR - Coordenadora da CTSB/CNRH)**  
230 (Coordenadora da CTSB) – Bom dia a todos. Bom dia a todos os Conselheiros. Bom dia,  
231 Secretário. Eu vou compartilhar a minha tela para mostrar a apresentação para vocês.  
232 Alguém pode autorizar que eu compartilhe a minha tela para apresentação?

233 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
234 Roseli, você pode autorizar, por favor, para que a Cristiane possa apresentar a tela, por  
235 favor?

236 **SR<sup>a</sup>. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Sim, autorizei, vê se deu certo, Cristiane,  
237 por favor.



238 **SRª. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MDR - Coordenadora da CTSB/CNRH)** – Ok.  
239 Então a gente trouxe, meu nome é Cristiane Battiston, eu sou representante do MDR na  
240 Câmara Técnica de Segurança de Barragem. Estou coordenando a Câmara durante este  
241 ano. A Câmara Técnica trouxe a apreciação do plenário, uma proposta de moção visando  
242 subsidiar a tomada de decisão pelo Presidente da República no processo de sanção do  
243 PL nº 550, quanto as alterações, desculpa, está errado aqui. Quanto as alterações da  
244 Política Nacional de Segurança de Barragem. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos  
245 tem a competência por meio da Lei 9.433 de analisar as propostas de alteração de  
246 legislação pertinente a recursos hídricos e de zelar pela implementação da Política de  
247 Segurança de Barragens, inclusive fazendo recomendações para a melhoria quando  
248 necessário. Considerando as competências da Câmara Técnica de Segurança de  
249 Barragem, as regras de criação de grupo de trabalho previstas no Decreto 10.000 e  
250 também considerando que o Projeto de Lei nº 550 promove significativas alterações na  
251 Política de Segurança de Barragem e na sua integração com a Política Nacional de  
252 Proteção e Defesa Civil. A Câmara Técnica instituiu um grupo de trabalho para análise do  
253 Projeto de Lei. O grupo foi coordenado pela Cláudia Sales, e foi relato pelo Luiz Gustavo,  
254 também teve a participação da Adriana Lobo, do Ovídio Santos, do Carlos Henrique  
255 Medeiros, do Gentil Nogueira de Sá Junior e a minha. O grupo de trabalho ele concluiu  
256 suas atividades e apresentou um parecer, como uma minuta de moção, visando com  
257 considerações e recomendações quanto ao Projeto de Lei nº 550. Pela fase de  
258 tramitação, que estava há época da elaboração desse parecer, ele visava subsidiar o  
259 Senado Federal e a Presidência da República. A proposta foi submetida aos membros da  
260 Câmara Técnica no dia 22 de junho, e foi aprovada com alguns ajustes. Na sexta reunião,  
261 no dia 14, 6ª Reunião da Câmara Técnica, devido ao projeto ter sido aprovado no  
262 Senado, a Câmara Técnica analisou, propondo pequenos ajustes ao texto, especialmente  
263 focados na destinação que é à Presidência da República, e eliminando um item, porque já  
264 foi suprimido no Senado Federal. A Secretaria-Executiva compartilhou essa proposta da  
265 Câmara Técnica, todos os destaques feitos estavam em vermelho e foi compartilhado  
266 com os Conselheiros. Então o Projeto de Lei nº 550 ele teve origem no Senado, onde ele  
267 foi aprovado em março de 2019, depois ele foi aprovado em maio de 2020 na Câmara dos  
268 Deputados, na forma de um substitutivo, que foi o texto analisado pelo grupo de trabalho  
269 e pela Câmara Técnica. E em 02 de setembro, ele foi aprovado no Senado Federal, tendo  
270 sendo enviado para a sanção presidencial com prazo de sanção até o dia 30/09. Depois  
271 disso, a lei estará vigente e ainda haverá uma fase de análise de vetos pelo Congresso  
272 Nacional. Então o ajuste foi feito para moção para subsidiar a tomada de decisão do  
273 Presidente da República neste processo de sanção. Da análise do PL 550, o grupo de  
274 trabalho...

275 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Cristiane, não sei se é o seu meu, mas o  
276 seu som não está saindo bem.

277 **SRª. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MDR - Coordenadora da CTSB/CNRH)** –  
278 Verificaram que ele atende a diversas recomendações proferidas pelo CNRH.

279 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Aqui também está chegando muito ruim,  
280 Roseli.

281 **SRª. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MDR - Coordenadora da CTSB/CNRH)** –  
282 Desculpa, teve problema de conexão. Então a proposta de moção é dirigida à Presidência  
283 da República, nos termos de subsidiar a tomada de decisão. Ela manifesta apoio à  
284 sanção do PL 550, e ressalva os seguintes itens. Minha sugestão assim, é que conforme  
285 eu for explicando os itens, se vocês puderem tomar nota do item a que se refere, artigo,  
286 parágrafo e inciso, pode facilitar as discussões na sequência. A primeira proposta de veto  
287 incluída na moção é relativa à mudança da forma de medição da altura da barragem, da  
288 altura do maciço da barragem. Aqui eu trouxe como é na legislação vigente, ela é contada  
289 do ponto mais baixo da fundação, até a crista da barragem. O PL 550 trouxe a forma de  
290 medição do pé do talude de jusante até a crista da barragem. Não houve unanimidade na  
291 Câmara Técnica sobre essa proposta de veto, as posições favoráveis tratam da  
292 manutenção da forma de medição, alinhada com critérios internacionais de medição de  
293 altura de barragem e as posições contrárias ao veto e adoção dessa nova forma de  
294 medição, tratam da maior facilidade de medição da altura da barragem, e da sua relação  
295 para a Política de Segurança de Barragem, com relação à onda de inundação que  
296 ocorreria na decorrência de um acidente. O segundo ponto trata da inclusão da categoria  
297 de risco alto, a critério do órgão fiscalizador, como critério de inclusão das barragens na  
298 Política de Segurança de Barragem. Aqui eu trouxe quais são os critérios atuais, então a  
299 altura do maciço, capacidade de volume do reservatório, a existência, ah, o que o  
300 reservatório tem resíduos perigosos, e a categoria de dano potencial associado médio ou  
301 alto.

302 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Está cortando.

303 **SRª. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MDR - Coordenadora da CTSB/CNRH)** – E a  
304 inclusão da categoria de risco. Foram os votos na Câmara Técnica, foram associados,  
305 que já está como critério de enquadramento na lei. Como a categoria de risco acaba  
306 sendo um pouco, sendo um pouco, não, sendo mais mutante, é justamente o que a  
307 política tenta mudar, a redução do risco, ele não deveria ser critério e nem  
308 enquadramento na lei. O outro ponto é a definição de barragem. Eu trouxe aqui a nova  
309 definição, ela é mais abrangente, ela inclui diques, ela inclui estrutura que esteja dentro  
310 ou fora do curso permanente ou temporário de água, cavas exauridas, essas são as  
311 principais novidades. E aqui a definição antiga que seria qualquer estrutura em curso  
312 permanente ou temporário de água. Não foi um ponto também de unanimidade na  
313 Câmara Técnica, foram seis votos pelo veto, quatro pela manutenção da redação do PL, e  
314 quatro abstenções. As questões levantadas na Câmara Técnica foram que a definição é  
315 muito abrangente, com possibilidade de inviabilizar atividades econômicas, e com  
316 problemas para competência na fiscalização, especialmente pensando aí nas barragens  
317 de água, que elas são ligadas a dominialidade dos recursos hídricos, e no caso apenas as  
318 barragens de resíduos industriais é que ficam competência de órgãos ambientais. Então  
319 teriam diversas estruturas que na lei não traria quem seria a entidade competente de

320 fiscalização. Outro ponto, outros três pontos relacionados ao Artigo 12, eu trouxe aqui a  
321 redação do Artigo 12 para facilitar a compreensão, ele trata do plano de ação de  
322 emergência, que vai estabelecer as ações a serem executadas pelo empreendedor da  
323 barragem em caso de situação de emergência. Então vem como critério, como item  
324 mínimo para o PAE – Programas de Treinamento e Divulgação para os Envolvidos e para  
325 as Comunidades, realização de simulados periódicos. E esses dois parágrafos, um  
326 dizendo que o empreendedor deverá antes do início do primeiro enchimento do  
327 reservatório, elaborar, implementar e operacionalizar o PAE, e realizar reuniões com as  
328 comunidades para apresentação do plano, e execução de medidas preventivas em  
329 trabalho conjunto com as prefeituras e os órgãos de proteção e Defesa Civil. E o § 5º que  
330 diz que o empreendedor deverá juntamente com os órgãos locais de proteção e Defesa  
331 Civil, realizar em periodicidade a ser definida pelo fiscalizador, exercício prático de  
332 simulação de situação de emergência. As votações, elas foram divididas para esse inciso,  
333 mais divididas. E para esses dois parágrafos, elas foram menos divididas. As questões  
334 foram principalmente com relação à mudança do protagonismo, na relação com a  
335 população, o grupo entendeu por maioria que esse protagonismo deveria continuar sendo  
336 dos órgãos de proteção e Defesa Civil com o auxílio do empreendedor, e que as novas  
337 redações estão passando esse protagonismo para o empreendedor, com a participação  
338 do poder público. Artigo 12, § 6º, esse traz o seguinte: o empreendedor deverá estender  
339 os elementos de autoproteção existente nas zonas de autossalvamento, aos locais  
340 habitados das zonas de salvamento secundário, nos quais os órgãos de proteção e  
341 Defesa Civil não possam atuar tempestivamente em caso de vazamento ou rompimento  
342 da barragem. Nesse caso foi uma sobreposição de conceitos, porque o fato de não haver  
343 tempo suficiente para intervenção da autoridade competente, já compõe a definição de  
344 zona de autossalvamento. Então foi uma duplicidade de conceitos que pode desfavorecer  
345 as melhores interpretações. Foram 13 votos pelo veto e dois contrários. Agora os últimos  
346 dois pontos que tiveram votações unânimes na Câmara Técnica, pelo veto. O Artigo 17, §  
347 2º e § 4º, o § 2º que traz a possibilidade de o órgão fiscalizador exigir a apresentação não  
348 cumulativa de calção, seguro-fiança ou garantias financeiras reais para reparação de  
349 danos. Tanto para as barragens de rejeito, de acumulação de água ou acumulação de  
350 água para fins de aproveitamento hidrelétrico. No caso das barragens de rejeitos, são  
351 classificadas como médio ou alto risco, ou médio ou alto dano. Para as barragens de  
352 acumulação de água, exceto as hidrelétricas, classificadas como alto risco ou alto risco ou  
353 alto dano. E para as barragens de acumulação de água para aproveitamentos  
354 hidrelétricos, as barragens de alto risco. Dando dois anos para adequação a este Artigo.  
355 Os principais entendimentos na Câmara Técnica foram que isso pode trazer inviabilidade  
356 econômica para as atividades, tem muita dificuldade de atendimento pelas seguradoras,  
357 por causa especialmente as barragens de dano médio e alto, especialmente as barragens  
358 de alto dano. Teriam muita dificuldade de atendimento pelas seguradoras. E estariam  
359 esses recursos que seriam aplicados em calções ou seguros, concorrendo com os  
360 recursos que seriam destinados à operação e manutenção da barragem e a própria  
361 implementação da Política de Segurança de Barragens pelo empreendedor. Além disso, o  
362 prazo é muito exíguo. Outra proposta de veto que também foi unânime, foi com relação ao

363 Artigo 18-B, que determina aos fiscalizadores criar sistemas de credenciamento de  
364 pessoas físicas e jurídicas, habilitadas a testar segurança de barragem, incluída a  
365 certificação na forma do regulamento. O entendimento de que isso extrapola as  
366 competências dos fiscalizadores e essa habilitação é competência do Sistema  
367 CONFEA/CREA. Outros pontos em que o grupo de trabalho e a Câmara Técnica  
368 identificaram que pode ter alguma dificuldade de implementação da nova Lei de  
369 Segurança de Barragem, não é a nova lei, das alterações da Lei de Segurança de  
370 Barragem, são esses pontos aqui. Então a proposta foi apenas de destacá-los e  
371 encaminhar o parecer com as explicações. Para o meu compartilhamento, era essa a  
372 apresentação que eu tinha para fazer para os senhores, e eu fico aqui à disposição para  
373 qualquer esclarecimento.

374 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
375 Senhores Conselheiros, peço aqueles que quiserem se pronunciar, levante a mão no  
376 Teams e se inscrevam para que a gente possa começar os nossos debates. Roseli já tem  
377 alguém inscrito?

378 **SR<sup>a</sup>. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Sim. Conselheiro Gilson. Na sequência a  
379 Mônica.

380 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** – Alô,  
381 Roseli, já tem alguém inscrito, Roseli?

382 **SR<sup>a</sup>. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Sim, o Gilson já está inscrito e já está  
383 falando, secretário.

384 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** – Alô?

385 **SR. GILSON PIRES DA SILVA (Membro Titular do CNRH)** – Está me ouvindo,  
386 secretário?

387 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** – Agora  
388 estou, porque meu áudio estava desligado e eu não vi. Vamos começar a ceder a palavra  
389 aos Conselheiros, lembrando que cada um tem três minutos para se manifestar sobre a  
390 matéria. Lembro que passando dos três minutos, iremos cortar os microfones, peçam que  
391 sejam objetivos nas suas falas e se atenham a somente a pauta que nós estamos  
392 colocando aqui. Está bom? Quem é o primeiro?

393 **SR<sup>a</sup>. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – É o Gilson. Conselheiro Gilson.

394 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
395 Gilson, por favor.

396 **SR. GILSON PIRES DA SILVA (Membro Titular do CNRH)** – Obrigado, Roseli.  
397 Obrigado, secretário. Bom dia a todos, meu nome é Gilson, não é, eu sou membro titular

398 do Conselho, eu trabalho aqui na Secretaria Nacional de Saneamento do Ministério do  
399 Desenvolvimento Regional. Primeiramente quero parabenizar aí o trabalho da Câmara  
400 Técnica, pelos trabalhos que já vem produzindo, pelas discussões que vem sendo  
401 tratadas, vem sendo tomadas no culto dessa Câmara. E assim, de um trabalho tão  
402 relevante aí e atual para a sociedade. Então assim, eu vou solicitar aos nobres colegas aí,  
403 Conselheiros, a manutenção do texto desse PL em três pontos. E especificamente eu não  
404 sei como vai ser conduzido as tratativas em relação a esse Artigo 1º, Inciso I aí que eu  
405 tratarei especificamente agora. Vocês vão verificar que são assuntos essencialmente  
406 técnicos, discussões técnicas, já foram assuntos, vem sendo discutido há algum tempo no  
407 tempo do Governo Federal, discutido na Câmara, lá no legislativo. Então em relação  
408 assim especificamente esse Artigo 1º que trata aí dessa altura do maciço, como a  
409 Cristiane colocou, essa proposta, ele muda a proposta que hoje vigente da Política  
410 Nacional de Segurança, a referência é, a referência para tomar essa referência inferior  
411 para medir a altura do maciço, é aquela fundação da barragem. Que necessariamente  
412 está abaixo do solo. Aí a proposta no PL, que aí eu estou pedindo aos nobres  
413 Conselheiros para que mantenha esse texto do PL, ela visa assim realmente a otimizar a  
414 fiscalização dos trabalhos. Lembrando assim que esse é apenas um dos quatro critérios,  
415 não é o único para enquadrar a barragem. A Cristiane colocou aí nesses quatro incisos aí  
416 na apresentação dela, são quatro critérios para definir o enquadramento das barragens, e  
417 esse é apenas um. Então a proposta é realmente, é mudar essa referência inferior com  
418 vista à otimização aí da fiscalização. E assim eu vou passar a palavra aí para o  
419 Superintendente da ANA, o Alan Vaz, que explicará aí com todos os detalhes técnicos  
420 disso aí, a ANA tem uma expertise em fiscalização de barragens. E os possíveis impactos  
421 dessas alterações, aí ele vai estar aqui à disposição para a gente amplificar essa  
422 discussão aí, e propor ao Presidente da República, a melhor forma possível aí. Então  
423 secretário, como que a gente poderia fazer, trataria primeiro o Artigo 1º ou trataria todos  
424 os pontos? Como que a gente pode?

425 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
426 Gilson, eu acho que preferencialmente, deveríamos tratar, tratar tudo, eu acho. Porque aí  
427 eu acho que otimiza, o Conselheiro não fica dando opinião, depois volta para tratar outro  
428 assunto. Então trataria todos os assuntos, todos anotariam, todos os Conselheiros  
429 anotariam, e depois a gente partiria para a discussão, dando a palavra para quem quiser  
430 o contraditório. Então eu acho que pontue tudo que tem que pontuar sobre a moção,  
431 depois a gente passa para outro Conselheiro.

432 **SR. GILSON PIRES DA SILVA (Membro Titular do CNRH)** – Tudo bem. Então esse é  
433 do Artigo 1º, Inciso I. O outro ponto dos três que eu estou fazendo aqui, é uma proposta, a  
434 proposta de manter no PL, manter o texto do PL. Segundo ponto seria esse Artigo 2º, que  
435 trata aí de qualquer estrutura, em curso permanente, definição de barragem, qualquer  
436 estrutura em curso permanente ou temporário de água. Então esse ponto também ele  
437 assim, a proposta do PL, ele basicamente, ele acrescenta o termo em talvegue ou em  
438 carga exaurida com o dique. Ele não exclui aquele primeiro termo lá que é qualquer  
439 estrutura construída dentro ou fora, porque esse, essa definição de qualquer estrutura

440 construída em um curso permanente, ela está na lei original da Política Nacional de  
441 Segurança de Barragem. Então assim, se excluir esse texto do PL, se vetar o texto do PL,  
442 não resolve a questão do enquadramento de qualquer estrutura ou não. Essa foi uma das  
443 justificativas que eu verifiquei aí da Câmara para justificar o veto. Então a gente entende  
444 que ele detalhe um pouco mais, esse PL detalhe um pouco mais ao entrar em talvegue ou  
445 em carga exaurida ou dique. Então da mesma forma aí, o especialista da ANA, assim que  
446 possível, a gente, ele vai, eu pediria para ele explicar todos os pontos, todos os impactos,  
447 e tirar todas as dúvidas que porventura os Conselheiros tiverem. E o outro ponto seria em  
448 relação ao Artigo 12, que trata daquele último ponto, trata do PAE. Nosso entendimento  
449 também é a proposta do PL, tem avanço na redação, esse PL ele melhorou nessa  
450 redação. De modo que ele trata sim, ele trata, define melhor as responsabilidades, a  
451 responsabilidade do empreendedor juntamente com os órgãos de execução. Municipais  
452 ou os órgãos das secretarias, dos órgãos envolvidos aí para resolver o problema aí que  
453 por ventura se instauraram no momento aí de exaurir aí uma barragem dessa. Então nós  
454 entendemos assim que ele também, ele tem, ele melhorou um pouco isso aí. E ele trouxe  
455 uma inovação, é a questão do momento da elaboração do PAE. Agora ele fica claro,  
456 explícito nesta, fica explícito na lei, que o PAE tem que ser elaborado, antes do  
457 enchimento da barragem. E aí que tem o executor, o órgão executor, tem um papel  
458 preponderante, mas não é o único, ele vai trabalhar em conjunto aí com todos os órgãos  
459 envolvidos. E sobre esse assunto aí, nós temos aqui o especialista que trabalha no  
460 Ministério do Desenvolvimento Regional, trabalha e uma ampla experiência nesse  
461 assunto, tanto prática, como desenvolvimento de políticas aí no setor, que é o Rafael  
462 Machado, em momento oportuno aí ele vai poder explicar melhor esses pontos aí. Então  
463 secretário, são esses três pontos que eu teria aí para expor.

464 **SR. ANDERSON BEZERRA (MDR)** – Poderia passar a palavra para o próximo listado, ou  
465 para o Alan.

466 **SR<sup>a</sup>. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Qual vai ser a dinâmica, Anderson, a  
467 gente passa para a próxima Conselheira ou já vem a explicação?

468 **SR. ANDERSON** – Sim, vamos ouvir todos. Agora eu queria só identificar se o Alan da  
469 ANA vai fazer algum posicionamento.

470 **SR. GILSON PIRES DA SILVA (Membro Titular do CNRH)** – Na dinâmica aí, talvez seja  
471 melhor, não é isso, já ter a explicação para os Conselheiros já terem todas as, solucionar  
472 as dúvidas que porventura existirem, não é isso, secretário?

473 **SR. ANDERSON BEZERRA (MDR)** – O secretário teve que se ausentar por um minuto,  
474 eu peço para que a gente possa, cada Conselheiro possa botar todos os assuntos, se o  
475 Gilson já colocou tudo, poderia passar para o próximo inscrito, por favor.

476 **SR<sup>a</sup>. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Então é a Mônica Irion Almeida.

477 **SRª. MÔNICA IRION ALMEIDA (Membro Titular do CNRH)** – Bom dia a todos. Mônica  
478 Irion, representante das concessionárias de geração hidrelétrica. Primeiro eu queria  
479 elogiar o trabalho que foi feito aí no âmbito da Câmara Técnica de Segurança de  
480 Barragem, acho que foi um trabalho bastante técnico e árduo de avaliação de uma série  
481 de documentos, não só do projeto de lei, mas de todo um histórico aí de relatórios de  
482 segurança de barragem, que trouxeram subsídios para pontuar todas essas questões que  
483 estão sendo apresentadas na forma da minuta de moção. Nós como representante do  
484 setor elétrico, a gente apoia o projeto de lei, apenas temos questões aí de preocupação,  
485 pontos e aspectos de preocupação, entendemos que nesse momento aí de 10 anos da  
486 Política de Segurança de Barragens, é um avanço a gente ter uma revisão da legislação,  
487 porém tem alguns aspectos realmente que nos preocupam, com relação ao potencial de  
488 inviabilizar e investimento em setores, em alguns setores da economia e até da própria  
489 questão de segurança hídrica. Haja vista que o projeto de lei traz algumas novas  
490 atribuições aí para os empreendedores, e que vão impactar aí certamente os custos dos  
491 investimentos para essas, esses setores específicos aí da economia. Isso está traduzido  
492 basicamente ali no Artigo 12, que está trazendo além de novas atribuições, um conflito, no  
493 nosso entendimento, um conflito com a legislação vigente. Da questão que determina aí  
494 atribuições para órgãos de estado e municípios, especificamente a Lei 12.608 da Política  
495 Nacional de Defesa Civil. E nosso entendimento é que da forma como está o PL, ele  
496 poderá vir inclusive a desestabilizar a estruturação já existente de Defesa Civil. Porque  
497 quando se passa aí algumas atribuições para o empreendedor, o receio que nós temos é  
498 de que os órgãos de defesas civis, não estejam daí preparados para outras contingências  
499 que ocorrem dentro da sua área de atuação, que não necessariamente estão ligadas aí a  
500 segurança de barragem. Então por esse motivo a gente pede que seja mantida realmente  
501 essa proposta, essa proposição de veto ao Artigo 12, especificamente aí aos itens  
502 apresentados pela Cristiane. Além disso, nessa argumentação que a gente está  
503 colocando, nós tomamos como exemplo algumas instituições aí internacionais e também  
504 planos de contingência, um exemplo prático aí da usina de Angra, em que esse é um dos  
505 planos mais antigos existentes aí no Brasil, e que o empreendedor ele se atém a trabalhar  
506 dentro do âmbito do seu, da sua instalação, e conta com os órgãos de Defesa Civil para  
507 as outras atuações aí junto à sociedade. Então, além disso, também teria a questão das  
508 normas internacionais, que seguem essa prática aí, de o empreendedor atuar no âmbito  
509 técnico. E o que a gente percebeu é que existe talvez uma mistura de conceitos com  
510 relação ao que é o Plano de Ação de Emergência, e o que é o Plano de Contingência,  
511 que eles têm uma ligação mais dentro do conceito do PAE, nós entendemos que é um  
512 documento mais técnico, com simulações. Então esse entendimento que precisa ser bem  
513 delimitado. Então basicamente a gente apoia todo o texto que está aí e temos essa  
514 preocupação especial quanto ao Artigo 12, com relação a esses aspectos que eu coloquei  
515 aqui. Principalmente as questões de trazer novas responsabilidades e novos custos aí  
516 para os setores. O exemplo, acho que bastante preocupante aí é até a própria  
517 atratividade para o saneamento. Estamos aí com o novo marco legal do saneamento, e  
518 certamente é de interesse que os investidores se apresentem.

519 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) –**  
520 Conselheira, alô?

521 **SRª. MÔNICA IRION ALMEIDA (Membro Titular do CNRH) –** Seria isso.

522 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) –**  
523 Terminou?

524 **SRª. MÔNICA IRION ALMEIDA (Membro Titular do CNRH) –** Sim, concluí. Muito  
525 obrigada.

526 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) –**  
527 Obrigado.

528 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva) –** O próximo é o Jefferson.

529 **SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (Membro Titular do CNRH) –** Alô.

530 **SR. RENATO FERREIRA –** Microfone, Roseli.

531 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva) –** Jefferson. Enquanto o Jefferson não  
532 consegue entrar, vamos passar para o Anivaldo, por favor.

533 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH) –** Bom dia a todos,  
534 uma vez mais, e a todas. Vou me ater ao tempo, fazer o máximo de esforço. Acredito que  
535 o critério de avaliação deveria ser primeiro, uma opinião genérica sobre a conveniência  
536 dessa moção. Mas como não é assim, eu direi logo que depois de analisar, levar em  
537 conta vários fatores, nós consideramos que essa moção aí intempestiva, mas em respeito  
538 a todo trabalho da Câmara Técnica, nós vamos examinar alguns dos pontos, e quero  
539 dizer, sobretudo, que em primeiro lugar, eu proponho um acréscimo a essa moção, no  
540 sentido de atrelar a sua excelência, o Presidente da República, para que acate o apelo da  
541 Associação dos Municípios Mineradores, veiculado hoje na mídia, no sentido de garantir o  
542 aumento do orçamento da agência. E no mínimo eu precisaria de acordo com os próprios  
543 executivos da Agência Nacional de Mineração, de 150 milhões para o próximo ano, e na  
544 realidade, receberão segundo essas informações, apenas 65 milhões, o que inviabilizará  
545 de fato o trabalho da fiscalização. Então eu acho que esse assunto é muito mais relevante  
546 do que até a própria moção que estamos aqui discutindo. Porque temos 16 fiscais da  
547 Agência Nacional de Mineração, dois afastados em função da questão da idade de risco  
548 no contexto da Covid, e teremos apenas agora 14 fiscais. Então do ponto de vista geral,  
549 além da intempestividade dessa moção, nós vemos que há no contexto geral, um certo  
550 esforço para desobrigar uma vez mais a iniciativa privada das obrigações que devem ter  
551 no sentido de arcar com as consequências do seu ramo produtivo, não podemos  
552 continuar externando custos, internalizando, digamos, digamos assim, lucros e deixando  
553 para o estado todas as, todas, não, mas grande parte de responsabilidades que deveriam  
554 ser bem compartilhadas. Então nesse sentido, eu quero concordar aí com as observações



555 do Conselheiro Gilson aí, em relação aqueles três vetos que foram propostos, mas devido  
556 a exiguidade do tempo, não poderá ser examinado cada um deles, eu quero reiterar  
557 nossa opinião contrária ao veto do Artigo 1º, Parágrafo Único, sobre a questão da  
558 categoria de risco alto, para que fique a critério do fiscalizador. O que se tem aqui, volto a  
559 dizer, é melhorar a fiscalização, e não resolver os problemas do orçamento, digamos  
560 assim, pífio da fiscalização, e da agência, encontrando fórmulas indiretas de repassar isso  
561 para outros órgãos fiscalizadores. Também no que diz respeito ao Artigo 8º, § 5º, o Plano  
562 de Segurança de Barragem e suas atualizações, devem ser aprovadas pelo órgão  
563 fiscalizador. Isso é o que consta no Projeto de Lei aprovado, e nós somos favoráveis,  
564 favoráveis por que evidentemente tivemos uma prática que diminuiu a confiança, depois  
565 dos acidentes de Mariana, depois dos acidentes de Macarena no Pará, depois do  
566 acidente agora em Brumadinho que atinge o Rio São Francisco diretamente, então para  
567 nós o Projeto de Lei está sim caminhando no caminho certo, evidente que algumas  
568 disparidades poderão ser proximamente corrigidas, mas os méritos da nova legislação,  
569 eles não podem retroceder a nosso ver, e tanto já passou pelo Senado, já foi para a  
570 Câmara, já foi objeto de muitas considerações. E o Artigo 12...

571 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) –**  
572 **Conselheiro, conclua, por favor.**

573 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH) –** Do projeto de lei.

574 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) –**  
575 **Conselheiro, conclua, por favor, já foi mais de três minutos. Por favor, Conselheiro.**

576 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH) –** Que caberá aos  
577 **empreendedores envolver diretamente.**

578 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) –**  
579 **Roseli, por favor, corta o microfone dele. Senhoras e senhores, vamos passar para o**  
580 **próximo, por favor.**

581 **SR<sup>a</sup>. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva) –** Jefferson.

582 **SR. GUILHERME GODOI –** Secretário, só queria registrar, só um minuto, registrar  
583 **Guilherme Godoi, eu estou sem a opção de levantar a mão, queria registrar a minha**  
584 **intenção de fala depois do Ramon. Por gentileza.**

585 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) –** Tudo  
586 **bem, Guilherme, tudo bem. Quem é o próximo, por favor?**

587 **SR<sup>a</sup>. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva) –** É o Jefferson.

588 **SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (Membro Titular do CNRH) –** Bom dia,  
589 **senhor secretário.**

590 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** – Bom  
591 dia.

592 **SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (Membro Titular do CNRH)** – Está me  
593 ouvindo?

594 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** – Estou.

595 **SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (Membro Titular do CNRH)** – Bem, eu  
596 participei de algumas reuniões da Câmara Técnica de Segurança de Barragem, e nós  
597 temos pessoas lá de alto gabarito, como é o Professor Carlos Medeiros, que é um  
598 profundo conhecedor e um dos homens que fez, e mulheres que fizeram a primeira lei, a  
599 Lei de Segurança de Barragem. E com relação a isso, eu acredito que a Dra. Cristiane  
600 Battiston tem todo um arcabouço aí técnico para colocar o porquê de cada uma dessas  
601 posições que estão presentes na moção. A moção não foi intempestiva, eu gostaria de  
602 frisar isso, pelo acompanhamento, ela foi *pari passu* com o estudo técnico de cada item,  
603 foi-se preservada as considerações internacionais sobre barragens do ICOLD,  
604 principalmente nessa questão também do tamanho da barragem, da consideração da  
605 fundação. Então a Dra. Cristiane passo a palavra a ela, se ela quiser fazer alguma  
606 consideração sobre isso, mas essa é minha primeira fala, depois eu posso me inscrever  
607 de novo, para tecer algumas considerações. Eu gostaria que o Professor Carlos Medeiros  
608 tivesse aqui, mas ele está num outro evento, inclusive evento da própria Agência Nacional  
609 de Águas, mas é importante frisar isso, não foi intempestivo em nenhum momento, foi  
610 uma coisa muito bem pensada, foram situações técnicas muito bem avaliadas, com o  
611 grupo de técnicos gabaritados e avalizados que estão na nossa Câmara de Segurança de  
612 Barragens. Muito obrigado, se a Cristiane puder falar alguma coisa, eu estou no meu  
613 tempo ainda, eu acredito. Muito obrigado seu secretário, muito obrigado senhoras e  
614 senhores.

615 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
616 Agradeço, Jefferson, pelas palavras. Dra. Cristiane quer falar alguma coisa?

617 **SR<sup>a</sup>. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MDR - Coordenadora da CTSB/CNRH)** – Sim,  
618 obrigada, Conselheiro Jefferson. Deixa eu voltar aqui para o slide. A mudança realmente  
619 foi colocada a proposta de veto, vocês estão vendo? Desculpa. Eu peço paciência,  
620 secretário, só um segundo, eu vou trocar a tela, porque eu estou compartilhando, vou ter  
621 que compartilhar de novo. Ok, desculpa. Bem, sim, a proposta hoje como está na  
622 legislação, ela está alinhada com a forma de medição de altura da barragem, com  
623 critérios internacionais, do ICOLD, ela pega da base da fundação até a crista, e o  
624 entendimento da maioria dos membros da Câmara Técnica foi de pela manutenção dessa  
625 forma de medição. Em contraponto, outros membros consideram que seria importante  
626 mudar, porque facilita a forma de medição nos casos de fiscalização, em que a gente não  
627 tem conhecimento dos projetos das barragens e por causa que seria essa altura acima do  
628 solo, que geraria a mancha de inundação. Então realmente, agora acho que é consenso,

629 foi consenso entre todos, em que é muito importante a medição da base da fundação até  
630 a altura, para que a gente tenha a classificação das barragens segundo o seu porte.

631 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** – Muito  
632 obrigado, Cristiane. Você gostaria de fazer mais alguma colocação? Roseli, o próximo  
633 inscrito, por favor?

634 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – O próximo inscrito é o Fabiano  
635 Pompermayer, Ministério da Economia.

636 **SR. FABIANO MEZADRE POMPERMAYER (Membro Titular do CNRH)** – Bom dia  
637 todos. O nosso ponto é propor, é manter o texto do Projeto de Lei relativo ao novo § 2º do  
638 Artigo 17, do § 4º do mesmo Artigo, que versa sobre estabelecer exigência de garantias  
639 em barragens de mais alto risco, alto potencial, a gente concorda que alguns tipos de  
640 garantias podem aumentar sobremaneira o custo dos empreendimentos, talvez até  
641 inviabilizando os empreendimentos. Mas a modalidade do seguro, ele, o custo dele vai ser  
642 proporcional ao nível de potência do empreendedor e ao nível de qualidade do próprio  
643 projeto. Então ele não, um projeto bem feito e um empreendedor prudente nesse curso  
644 vai ser mínimo, vai ser bem baixo. Então, e a experiência internacional mostra que esse  
645 tipo de seguro é o que induz a uma atuação mais prudente dos empreendedores de  
646 barragens, e que minimiza o risco de ocorrência de danos graves, de acidentes com  
647 danos graves. Então a gente propõe que seja mantido o texto, e que no regulamento, no  
648 decreto que está previsto aí se regulamentar essa matéria, a gente priorize o uso do  
649 seguro. A gente também é a favor de manter esse § 4º para dar um prazo de dois anos,  
650 que se for vetado só ele, você automaticamente o prazo é o prazo, o prazo é zero, assim  
651 que a lei for sancionada, passa a valer essa obrigação. O regulamento tem que ser feito  
652 imediatamente, com esse prazo, o regulamento tem dois anos para estabelecer o  
653 regulamento, basicamente isso. Então a gente é a favor de manter o texto, retirar da  
654 moção esse pedido de veto, porque via regulamento a gente consegue minimizar todos os  
655 problemas apontados na justificativa apresentada na moção. Desde que seja priorizando  
656 o uso da modalidade seguro como forma de garantia. Esse é o nosso ponto.

657 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Na sequência, o Gustavo Gonçalves,  
658 também do Ministério da Economia.

659 **SR. GUSTAVO GONÇALVES MANFRIN (MEMBRO TITULAR)** – Olá, bom dia. Os meus  
660 pontos são rápidos também, para reiterar o que o colega Fabiano acaba de colocar,  
661 entendemos, eu entendo aqui que o Artigo 17, § 2º, possa ser mantido ou retirado da  
662 produção, com a visão de que se há questões hoje que possam inviabilizar ou possam  
663 dificultar o modelo de garantia do seguro, a sua retirada não permite que esse mecanismo  
664 possa ser aprimorado ao longo do tempo. Então se existem dificuldades para  
665 implementação hoje, você tendo a possibilidade de regulamentar essas questões em  
666 decreto, você pode aprimorar e evoluir nessa questão que de fato quando você tem um  
667 mecanismo, tem que ter uma terceira parte segurando, há o incentivo a diligência do

668 agente e ao bom funcionamento, é um projeto de qualidade, ele é maior, entendemos que  
669 o ganho também acaba sendo maior. Esse é o meu registro aqui.

670 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Obrigada. O próximo é o Conselheiro  
671 Ramon Rodrigues, Ceará.

672 **SR. RAMON FLÁVIO GOMES RODRIGUES (Membro Titular do CNRH)** – Queria  
673 inicialmente falar do projeto. Esse assunto não veio aqui, veio tempestivamente. Um  
674 trabalho magnífico, com especialistas no assunto. Olhasse com muito carinho o resultado  
675 desse trabalho, um trabalho árduo, um trabalho bem feito, um trabalho bem de vamos  
676 dizer, especialistas que se debruçaram sobre o tema. Debruçaram, posso continuar? Se  
677 debruçaram sobre o assunto com muito cuidado, e eu sei que nós Conselheiros, não  
678 somos todos especialistas em segurança de barragem, portanto, eu peço a cada um que  
679 faça uma análise pessoal e que dê o voto de confiança ao trabalho da Câmara Técnica  
680 que foi feito muito bem feito. É isso que eu queria colocar e pedir que a gente fizesse essa  
681 reflexão. Obrigado.

682 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Não tem mais nenhum inscrito, parece  
683 que Daniel, isso? Guilherme, por favor, Guilherme. E o Paulo Varela também na  
684 sequência.

685 **SR. GUILHERME GODOI (Membro Suplente do CNRH)** – Bom dia a todos. Guilherme  
686 Godoi do Ministério de Minas e Energia. Queria rapidamente só fazer uma introdução, e  
687 passar a palavra para o meu colega André Perin dentro desses três minutos que nós  
688 temos. Esse tema é muito sensível no âmbito do Ministério de Minas e Energia, porque  
689 abrange várias das nossas competências institucionais, de energia elétrica, petróleo e gás  
690 e mineração. Em especial esse último desde os últimos acidentes aí com as barragens,  
691 tem sido bastante sensível lá para o nosso Ministro. Então esse tema a gente internalizou  
692 no Ministério e foi debatido mesmo junto ao Ministro para que se deixasse o nosso  
693 posicionamento aqui. Então eu vou estender os restantes do meu tempo para o André  
694 Perin que é o nosso técnico aí, competente, que tem trabalhado aí nos últimos tempos  
695 com esse assunto no Ministério, e na Câmara Técnica de Segurança de Barragens. Por  
696 favor, André.

697 **SR. ANDRÉ PERIN** – Ok. Pessoal, bom dia Conselheiros e representantes aí do CNRH.  
698 Primeiramente elogiar o trabalho da CTSB, eu mesmo participei de quase todas as  
699 reuniões aí da Câmara Técnica. E como bem o Guilherme disse, a gente entende aqui no  
700 MME que o PL 550 é objeto dos anseios da sociedade em relação ao acidente lá com as  
701 barragens de mineração de Brumadinho e Mariana. Só que a lei da Política Nacional de  
702 Segurança de Barragens, a PNSB, ela não faz distinção dos setores produtivos das  
703 barragens. Então durante a discussão legislativa, a gente entende que ainda não foram  
704 sanadas todas sensibilidades específicas do texto. Assim a área de energia elétrica do  
705 MME, ela tentou ao longo do processo para alguns pontos de atenção do projeto em sua  
706 forma atual. E agradecemos nesse caso as contribuições das concessionárias de geração

707 aqui presentes, que subsidiaram essas manifestações que a gente emitiu ao longo do  
708 processo. Mas, entretanto, até como bem o Guilherme disse, o sistema de energia elétrica  
709 e mineração, estão sob a coordenação do MME. E a posição da área de mineração,  
710 principal motivadora do PL, ligada ao aumento da segurança de suas barragens, também  
711 foram consideradas para a tomada de decisão do nosso Ministro. Assim é a nossa  
712 orientação aqui nessa reunião da Câmara Técnica, é de não orientar os vetos ao texto  
713 aprovado no PL 550. Por fim, a gente aqui no Ministério de Minas e Energia,  
714 principalmente na Secretaria de Energia Elétrica está à disposição para trabalhar com o  
715 setor produtivo na regulação dos pontos de atenção para aprimorar as diretrizes dadas  
716 pelo texto legislativo. Então a gente fica disponível justamente para poder discutir aí com  
717 o setor de energia elétrica justamente essas melhorias na questão da regulamentação da  
718 regulação. Muito obrigado, gente, e espero ter cumprido o tempo aí de três minutos.

719 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Paulo Varela, Rio Grande do Norte.

720 **SR. PAULO LOPES VARELA NETO (Membro Titular do CNRH)** – Bom dia a todos.  
721 Acho que esse é um tema efetivamente fundamental e nós estamos avançando nele, a  
722 questão da segurança das barragens realmente é uma lacuna que ainda precisa ser  
723 composta, e esse decreto eu acho que avança nesse sentido. Agora na nossa decisão de  
724 hoje, eu gostaria primeiro de dizer que senti falta de que após a palavra do Ministério, a  
725 ANA não tivesse tido oportunidade de Dr. Alan trazer também, ela que dá suporte técnico  
726 ao próprio Conselho hoje, embora não seja mais participante enquanto Conselheira, e  
727 acho que a nossa discussão aqui poderia ser mais rica se a gente tivesse tido a palavra  
728 do Dr. Alan, espero que ainda tenhamos, antes dos votos. A segunda coisa é que  
729 realmente fica difícil a perspectiva da análise como um todo nesse Brasil tão diversificado.  
730 Então claro que a visão que eu trago aqui é a visão aí do Nordeste, a visão das barragens  
731 de uso múltiplo. E que tem aí talvez um nível de conflito inclusive com a questão da  
732 mineração, isso talvez pudesse ter sido tratado um pouco diferenciadamente. Mas enfim,  
733 parabenizar realmente aqui o trabalho da técnica, e acho que ainda é tempo de que a  
734 gente possa avançar, acho que o Conselheiro do Ministério traz alguns pontos para ser  
735 considerados. Agora por que a própria Câmara Técnica, trouxe digamos assim,  
736 imposições não unânimes. Todavia, com os dois votos que foram unânimes, porque  
737 realmente parece que aí fica muito mais óbvio. E aí a gente defende o veto, porque aqui  
738 para o Nordeste, principalmente para a nossa barragem de uso múltiplo, descola um  
739 pouco da nossa realidade, mas eu acho que prejudicaria do que ajudaria. Então era essa  
740 minha participação, e aí eu espero ainda escutar a ANA para a percepção final antes da  
741 votação. Obrigado.

742 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Ok. O Gilson, por favor.

743 **SR. GILSON PIRES DA SILVA (Membro Titular do CNRH)** – Realmente estava  
744 aguardando aí a manifestação dos Conselheiros, e como tinha gente que já tinha  
745 colocado inicialmente, realmente é muito importante aí a participação aí, a explanação aí  
746 dos técnicos da ANA e tanto do Ministério. Nesse sentido aí eu pediria se possível o Alan,

747 se manifestasse aí em relação aquele Artigo 1º, Inciso I, que me parece que foi o ponto  
748 colocado. E também Artigo 1º, inciso I e o Artigo 2º, ninguém falou nada, sobre esse  
749 artigo, mas eu acho que é importante para a votação aí dos Conselheiros. E em relação à  
750 fala aí da Conselheira Mônica, também gostaria que o Rafael Machado explicasse  
751 também logo após a fala do Alan, falasse sobre o Artigo 12 aí que trata sobre o PAE. Com  
752 você aí, pode ser, Roseli já o Alan, já falar? Ou tem alguém mais inscrito?

753 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Não, pode, pode sim.

754 **SR. GILSON PIRES DA SILVA (Membro Titular do CNRH)** – Pode ser?

755 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Por favor.

756 **SR. GILSON PIRES DA SILVA (Membro Titular do CNRH)** – Está bom.

757 **SR. ALAN LOPES (ANA)** – Obrigado, Gilson. Bom dia a todos, meu nome é Alan Lopes,  
758 eu sou Superintendente de Fiscalização aqui na Agência Nacional de Águas. A gente  
759 acompanhou as discussões na Câmara Técnica e também parabenizamos mais uma vez  
760 pela discussão que foi feita lá, até em grupos técnicos que foram formados dentro da  
761 Câmara, sob a coordenação da Cristiane, vários outros técnicos da ANA participaram  
762 também, Coordenador Josimar, Fernanda Laos e na Câmara colocamos algumas  
763 questões aí para ajudar na discussão. E eu queria manifestar apenas sobre esses dois  
764 pontos aí, a pedido aí do Gilson, Conselheiro Gilson, e também aí de alguns outros  
765 Conselheiros, em relação a essas duas questões, mais para fazer uma explicação mais  
766 técnica sobre essa questão. A altura do maciço, hoje como está na lei, ela é medida do  
767 fundo da fundação, quanto mais baixa, até a crista. Isso tem trazido uma dificuldade  
768 grande para os fiscalizadores, principalmente aqueles de barragens e usos múltiplos,  
769 porque nós temos milhares de barragens que são passivo aí do país, construídas no  
770 passado, muitas das vezes sem projeto ou com projeto já em situação desconhecida, não  
771 se sabe onde é que estão os projetos, não se sabe como é que foi feita a construção, às  
772 vezes tem o projeto, mas não sabe se foi feita a fundação. Da forma como está no  
773 projeto, se tem a fundação mais profunda, ou até nem fundação tenha. Então é ter esse  
774 requisito, tem tido uma dificuldade, porque a gente não sabe qual é a profundidade. Por  
775 outro lado, o que tem, foi enfim, ou seja, manter o texto do PL 550 ajuda os fiscalizadores,  
776 ou seja, fica mais fácil quantificar a altura da barragem e enquadrá-la, porque a gente  
777 teria que dimensionar apenas a distância entre o solo e a crista, ou seja, é aparente, você  
778 vai a campo, olha, até por assessoramento remoto, poderia identificar essa altura. A  
779 profundidade você precisa fazer algum tipo de sondagem, precisa ir atrás de projeto,  
780 então traz dificuldades. Por outro lado, o que foi argumentado na Câmara Técnica, a  
781 questão das definições internacionais do ICOLD, que é a Comissão Internacional de  
782 Grandes Barragens. O que tem lá é a definição, são definições diferentes, é isso que  
783 precisava ficar claro, acho que para todos. A definição do ICOLD, é para definição do que  
784 é uma grande barragem, então ICOLD diz lá na sua constituição, tem uma constituição do  
785 ICOLD dizendo: grandes barragens são aquelas que têm mais que 15 metros, e a altura

786 nesse caso, é definida por essa que está na lei hoje, que é desde o ponto mais baixo da  
787 fundação, até a crista. Ou barragens até entre 5 e 15 metros, desde que elas acumulem  
788 mais do que 3 milhões m<sup>3</sup>. Então a definição internacional do que é uma grande  
789 barragem, ela até vai um pouco além e inclui barragem de 5 a 15 metros. Então aí ela já é  
790 um pouco diferente do que tem hoje na lei. Então hoje barragens, por exemplo, na lei  
791 nossa de segurança de barragens, que tem menos do que 10 metros, ou tem menos que  
792 5 metros, por exemplo, mas acumulem 3 milhões de m<sup>3</sup>, ou tem um dano potencial  
793 associado médio ou alto, elas estão enquadradas na lei. Mas não são consideradas  
794 grandes barragens. No critério internacional. Então é uma diferença, você dizer que a  
795 barragem é grande para fins do cadastro internacional de barragens e dizer que a  
796 barragem é enquadrada na lei. Que a barragem que é enquadrada na lei, tem que seguir  
797 uma série de requisitos, que vocês sabem que estão lá escritos, precisa fazer inspeção  
798 regular, especial, revisão periódica, plano de segurança, plano de emergência em alguns  
799 casos. Então o que se diz na lei, não é a definição do que é a grande barragem, e nem do  
800 que é a definição do que é a altura de barragem. É qual é a definição para  
801 enquadramento da barragem nos requisitos da lei. E ela pode ser diferente do critério  
802 internacional, é diferente as duas coisas, uma coisa é para você ter o registro das  
803 barragens internacionalmente, outra coisa é o que se enquadra dentro dos requisitos de  
804 segurança da Política Brasileira de Recursos Hídricos. Nada impede que a gente continue  
805 cadastrando todas as barragens, todas as barragens podem ser cadastradas, devem ser  
806 cadastradas, inclusive contabilizando a profundidade da fundação. Para fins de definição  
807 de quais são as grandes barragens, para... Só um minutinho para eu concluir o raciocínio.

808 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** – Você  
809 conclui um pouquinho, por favor, rápido, porque já passou os três minutos.

810 **SR. ALAN LOPES (ANA)** – Ah está bom, desculpe. Então só concluindo, nada impede  
811 que se faça o cadastro para critérios internacionais, e se enquadre as barragens. E só  
812 assim um detalhe, barragens, por exemplo, abaixo de 15 metros, já que a gente não  
813 estaria contando a fundação nesse novo texto do PL, vão entrar na lei e enquadradas na  
814 lei se tiverem o dano potencial associado médio/alto. Ou seja, não teria essa preocupação  
815 do enquadramento das pequenas, o que a gente estaria excluindo são pequenas  
816 barragens que têm dano potencial baixo. Essas estariam fora da lei, se o texto do PL 550  
817 passar. E por último, o outro Artigo que foi colocado, a questão da inclusão dos diques, é  
818 uma questão só explicar que os diques hoje, estão fora da Política de Segurança de  
819 Barragens, e esse texto do PL aperfeiçoa. Esse texto no sentido de incluir, ou seja, há  
820 estruturas aí de contenção, às margens de rios, que causam danos e podem matar  
821 pessoas, que hoje estão totalmente fora de qualquer legislação. Então se enquadrarem  
822 esses critérios também, ou seja, acima de 15 metros, ou dano potencial médio ou alto,  
823 eles também teriam enquadramento na lei. O que seria a favor da segurança. Essa é a  
824 minha manifestação, corroborando essa ideia do Conselheiro Gilson, de não se pedir o  
825 veto desses dois avanços aí, que trazem o PL. Obrigado.

826 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** – Rafael  
827 Machado, por favor, você podia fazer suas colocações.

828 **SR. RAFAEL MACHADO (MDR)** – Bom dia a todos. As minhas colocações são  
829 referentes ao Artigo 12. Eu também uso a expressão que foi dita por outros colegas antes  
830 de mim, o PL 550 está trazendo avanços na questão da segurança de barragens também.  
831 Vou ser bem objetivo em relação aos pontos que estão sendo propostos para veto  
832 presidencial. Destacar aqui a posição da Defesa Civil em relação a essa proposta de veto,  
833 é contrária à proposta de veto, é favorável à manutenção do texto no PL 550. Explicando  
834 o porquê, então o primeiro deles, esse Item 4 aí, os programas de treinamento e  
835 divulgação para os envolvidos. A gente entende que são ações fundamentais para a  
836 proteção da população em situações emergências de barragem, nós acabamos de sair de  
837 uma emergência de barragem lá no município de Jati, vivenciamos na prática a  
838 importância do treinamento e divulgação para todos os envolvidos. É muito importante  
839 que isso esteja diretamente associado ao Plano de Ação de Emergência, as barragens  
840 possuem especificidades, questões técnicas que não são de domínio da proteção e  
841 Defesa Civil, dos órgãos de proteção e Defesa Civil. Importante que os programas de  
842 treinamentos previstos para as barragens dialoguem, integrem os aspectos técnicos  
843 envolvidos em cada tipo de barragem diferente, nós temos vários tipos diferentes,  
844 diferentes setores. E subsidiem os trabalhos conjuntos de capacitação e treinamento da  
845 população afetada. O § 2º a gente, eu até subo um pouco o tom, é muito descabido a  
846 gente vetar a proposta de implementação do Plano de Ação de Emergência antes do  
847 primeiro enchimento, o ciclo de vida de uma barragem tem seu início no projeto, no  
848 processo de enchimento, no processo de comissionamento do empreendimento, é uma  
849 das fases de maior risco do ciclo da barragem, não faz sentido eu passar por essa fase  
850 sem estar amparado por um plano emergencial caso as minhas premissas de projeto,  
851 falhem. Então a gente não concorda que isso seja suprimido do projeto de lei. Realmente  
852 a gente acha muito descabida essa proposta de supressão. E destacando que é um  
853 trabalho, não é uma transferência de responsabilidade, a todo tempo a Defesa Civil está  
854 sendo instada para trabalhar em conjunto, não há transferência de responsabilidades,  
855 ninguém está delegando competência para ninguém. E finalizando aqui, o § 5º, o  
856 empreendedor deverá, eu vou chamar a atenção para essa palavra, juntamente com os  
857 órgãos de proteção e Defesa Civil, é uma competência conjunta, não há uma  
858 transferência de responsabilidade, dos órgãos de proteção e Defesa Civil realizar em  
859 periodicidade a ser definida pelo órgão fiscalizador, exercício prático de simulação, que é  
860 fundamental a execução conjunta, uma competência conjunta das duas instâncias  
861 envolvidas para proteger a população, treinar, testar os simulados, testar os planos de  
862 emergência, fazer simulados e levar à participação popular nos planos emergências de  
863 barragens. A gente entende também que deve ser mantido esse texto do PL 550, ele está  
864 a favor da segurança. Não há conflito de lei, a lei da Defesa Civil não diz que a  
865 competência, o Artigo 8º da Lei 12.608 que vem sido citada como referência, ela não diz  
866 que é uma competência exclusiva do município. E a Lei de Segurança de Barragem, para  
867 o PL 550 não está colocando como uma competência exclusiva do empreendedor, a todo  
868 tempo está sendo dada como uma competência conjunta. Então concluindo, a Defesa



869 Civil entende que a redação do PL 550 está caminhando a favor da segurança, não há  
870 transferência de responsabilidades, e a gente entende que deve ser mantido no texto, não  
871 concordando com a proposta de supressão.

872 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
873 Obrigado, Rafael. Tem mais alguém inscrito?

874 **SR<sup>a</sup>. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Só a Mônica Irion levantou a mão.

875 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** – Por  
876 favor.

877 **SR<sup>a</sup>. MÔNICA IRION ALMEIDA (Membro Titular do CNRH)** – Mônica Irion das  
878 concessionárias de geração hidrelétrica, representando a ABRAGE. Com relação ao  
879 Artigo 12, e a proposta, proposição de veto do Artigo 12, nossa preocupação aí é  
880 essencialmente com a questão do que está colocado dentro do Plano de Ação de  
881 Emergência que no nosso entendimento, ele avança um pouco no que seria o plano de  
882 contingência a ser elaborado pela Defesa Civil. Volto a enfatizar que o empreendedor ele  
883 tem corpo técnico para elaborar todas as necessidades aí, as simulações necessárias  
884 para que sejam tomadas as ações numa eventual ruptura de barragem. Mas o corpo  
885 técnico ao mesmo tempo não está preparado para ações junto à população, quem tem  
886 esse conhecimento, esse know-how, realmente são os órgãos de proteção e Defesa Civil.  
887 Então nosso entendimento é que através do texto como está no PL, existe esse  
888 sombreamento e pode gerar esse conflito com relação ao entendimento quanto à  
889 legislação. E eu queria colocar aqui alguns desses, dessas questões aí de,  
890 principalmente, relacionadas a treinamento, elas têm um custo elevadíssimo, e aí quando  
891 a gente coloca barragens de uso múltiplo nesse contexto, onde você normalmente tem ou  
892 para abastecimento público, saneamento, você tem uma população muito grande no  
893 entorno dessas instalações. Então nós estamos falando de instalações que terão que  
894 fazer treinamentos e simulados com um rol aí de 40 mil, 50 mil pessoas. Então é algo que  
895 realmente vai trazer um custo para os empreendedores, e assim, mudaria a questão de  
896 competitividade de alguns setores, inclusive aquilo que eu coloquei ao final da minha fala  
897 anterior, com relação à atratividade para implementação do marco do saneamento e da  
898 própria segurança hídrica. Então a gente volta a defender que esse Artigo 12 deveria  
899 manter esse veto. Seria isso, obrigada.

900 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
901 Obrigado, Conselheira. Rafael, alguma coisa a complementar? Porque eu acho que como  
902 você já teve sua fala, só se for algo a complementar e rápido, por favor.

903 **SR<sup>a</sup>. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Gilson está com a mão levantada, está  
904 bem?

905 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
906 Gilson, alguma complementação?

907 **SR. GILSON PIRES DA SILVA (Membro Titular do CNRH)** – Só complementação,  
908 secretário, rapidamente aí. Que em relação ao quesito de saneamento, e assim, é o setor  
909 que eu trabalho e há bastante tempo, e conheço um pouco mais aí sobre essas questões  
910 aí. E colocando aí só para acrescentar e para subsidiar aí a decisão dos Conselheiros, em  
911 relação à fala da Conselheira Mônica. Assim, os empreendedores, eles têm uma, o que é  
912 que eles procuram muito? É a regulação do setor. Não importa de que forma, assim, é  
913 lógico que tem que ter uma razoabilidade, mas tem que ter a regulação do setor. A regra  
914 tem que ser definida claramente, quem que é o responsável. É isso que o setor de  
915 saneamento, especificamente, fazendo recorte aí, ele quer. Definiu quais são as  
916 responsabilidades, aí é tranquilo, aí vem a questão de custo, que de qualquer forma  
917 alguém vai ter que pagar essa questão de custo, se é o empreendedor ou não. Mas eu  
918 acho que o foco na verdade, a gente deveria ver qual, como que seria o melhor serviço  
919 prestado. Na melhor forma de prestar, não importar aí essa discussão de como vai ser. E  
920 no setor de saneamento, já é muito claro, já é muito definido, os prestadores, as  
921 companhias estaduais, as autarquias, eles já estão preparados para operar o sistema,  
922 tem uns trabalhos técnicos sociais, tem envolvimento da sociedade já, já tem lei definindo  
923 isso, essa obrigação, então os prestadores de saneamento já estão preparados para fazer  
924 esse contato com a sociedade e com a população, para fazer qualquer esclarecimento  
925 possível. Então assim, todas as formas do impacto dessa barragem, o projeto de  
926 contingência, é lógico que isso aí foge um pouquinho do metiê, vamos dizer assim, do  
927 prestador de saneamento, mas vão ter que entrar, porque é um assunto importante.

928 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
929 Gilson, por favor, conclua.

930 **SR. GILSON PIRES DA SILVA (Membro Titular do CNRH)** – Então assim, só  
931 concluindo, não vejo nenhum problema assim de o prestador de saneamento, ele  
932 envolver-se nas ações dele, seja ele o prestador público ou privado aí para isso aí. Está  
933 bom?

934 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
935 Obrigado. Senhores Conselheiros, tem alguém ainda para se manifestar? Então vamos  
936 fazer o seguinte, vamos fazer uma votação agora nominal, Roseli, nós vamos chamando  
937 cada entidade, e cada, e aí nós vamos votar para se fica ou não na moção, se veta ou  
938 não. Quanto à solicitação do Anivaldo, eu acho que isso, essa questão pode ser debatida  
939 na Câmara Técnica, no relatório, no relatório de segurança de barragens, que está sendo  
940 produzido, que está sendo analisado pela Câmara Técnica. Então eu acho que a questão  
941 que foi levantada pelo Anivaldo, pode ser colocada não nesta moção, mas no relatório da  
942 Câmara Técnica. Está bom? Roseli, por favor, vamos começar, e aí eu vou chamando por  
943 entidade, e o Conselheiro vai se pronunciando, está bom? Como vota o Ministério do  
944 Desenvolvimento Regional, primeira vaga? Gilson?

945

946 **SR. RENATO FERREIRA** – Renato é o primeiro aqui.

947 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** – Ah,  
948 Renato.

949 **SR. RENATO FERREIRA** – Pois não. Então Artigo 1º, Parágrafo Único, Inciso I que trata  
950 da altura do maciço, manifestamos pela retirada do texto da moção. Então é não. Em  
951 relação... Em relação ao Artigo 2º, também não, é pela retirada, pela retirada do texto da  
952 moção. Artigo 12, Inciso IV, § 2º. Então a proposta da retirada também do § 5º e 2º. E o  
953 6º, pela manutenção. O 17, mantém o texto, sim. E o 18-B também mantém, sim. Está no  
954 texto aí.

955 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA** – Acho que ninguém pediu destaque do 18-B,  
956 os únicos que foram pedidos destaque são esses, se eu não me engano, está bem,  
957 gente, alguém pediu destaque do 18-B? Não.

958 **SR. RENATO FERREIRA** – Então não há necessidade. Então são três, são quatro votos,  
959 não é?

960 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
961 Obrigado, Renato. Como vota Ministério do Desenvolvimento Regional, segunda vaga?

962 **SR. GILSON PIRES DA SILVA (Membro Titular do CNRH)** – Obrigado, secretário. No  
963 Artigo 1º, no Inciso I, voto para retirar o texto da moção. Então seria não, não é? No Artigo  
964 2º, Inciso I, também retirar o texto aí da moção, seria não, também. Outro artigo. É o 12  
965 agora? Artigo 12. O Artigo 12, também retirar o texto da moção, não. Inciso IV. E o Artigo  
966 17 permanecer o texto da moção, seria sim.

967 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
968 Obrigado, Gilson. Como vota Ministério da Justiça e Segurança Pública.

969 **MARCOS MESQUITA DAMASCENO** – Opa, desculpa, secretário, eu tive aqui um  
970 probleminha com o microfone. Então em relação a esse primeiro Artigo, a gente vota,  
971 deixa eu só me organizar aqui, só um minutinho. A gente vota pela retirada, então é não.  
972 O Artigo 2º, Inciso I, também é não. O próximo é o Artigo 12, também votamos não. E o  
973 Artigo 17 a gente se abstém.

974 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
975 Obrigado, Conselheiro. Como vota o Ministério de Relações Exteriores?

976 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Da Defesa, secretário.

977 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
978 Defesa, desculpa.

979 **SR. ALEXANDRE BATISTA PIMENTEL (Membro Titular do CNRH)** – Bom dia,  
980 Comandante Pimentel. Então no Artigo 1º a gente vota pela retirada da moção, não. No  
981 Artigo 2º, no Inciso, a gente vota também pela retirada da moção, também não. No 12,  
982 pela retirada da moção, não. E no Artigo 17, a gente vota por manter. Sim.

983 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
984 Obrigado, Conselheiro. Como vota Ministério de Relações Exteriores? Conselheiro,  
985 microfone, por favor. Como vota Ministério de Relações Exteriores. Igor, por favor. Eu  
986 acho que eu vou pular, depois o Igor vota. Como vota Ministério da Economia, primeira  
987 vaga.

988 **GUSTAVO GONÇALVES MANFRIM** – O Artigo 1º, sim. Pela manutenção da moção. O  
989 único que nós votaremos pela retirada da moção seria o Artigo 17, § 1º.

990 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Dá para repetir, Conselheiro, seu áudio está  
991 ruim, pelo menos está chegando aqui ruim.

992 **GUSTAVO GONÇALVES MANFRIM** – Oi, me desculpe, acho que agora melhor. Todos os  
993 itens, com exceção do Artigo 17, § 2º, a gente, eu voto com o relator, ou seja, sim. Aí o  
994 Artigo 17, § 2º, votando não. Pela retirada da moção.

995 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
996 Obrigado, Conselheiro. Como vota Ministério da Economia, segunda vaga?

997 **FABIANO MEZADRE POMPERMAYER** – Artigo 1º, é não. Artigo 2º, Inciso II é não  
998 também. Artigo 12 também não, permanecer na moção. E o Artigo 17, § 2º não  
999 permanecer na moção.

1000 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
1001 Obrigado, Conselheiro. Como vota Ministério da Infraestrutura?

1002 **ALEXANDRE VAZ SAMPAIO** – Artigo 1º, Inciso I, não. Artigo 2º, Inciso I, não. Artigo 12,  
1003 não. Artigo 17, não.

1004 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
1005 Obrigado, Conselheiro. Como vota Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento?  
1006 Não estou escutando, Conselheiro. Ministério da Agricultura, por favor.

1007 **INTERLOCUTORA NÃO IDENTIFICADA** – Oi, gente, perdão. O Gustavo está com um  
1008 probleminha na internet dele, mas ele já está resolvendo.

- 1009 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
1010 Vamos passar para o Ministério da Cidadania, depois volta o Ministério da Agricultura,  
1011 Pecuária e Abastecimento. Ministério da Cidadania, por favor.
- 1012 **ENIO ANTÔNIO MARQUES PEREIRA** – O Sérgio também está com probleminha aqui no  
1013 computador, não está conseguindo entrar. Então deixa ele para votar um pouquinho mais  
1014 para frente, por gentileza.
- 1015 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** – Está  
1016 bom. Como vota Ministério da Educação, por favor?
- 1017 **JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANAA** – Artigo 1º, Inciso I, retirar da moção, não.  
1018 Aqui eu sou a suplente, substituindo a titular, está bem? Roseli, você só colocou os  
1019 artigos que pediram destaque, é isso? Porque eu tinha anotado aqui os outros.
- 1020 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Só.
- 1021 **JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANA** – Então é para a gente se manifestar só para os  
1022 que tiveram destaque, certo?
- 1023 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Isso, que tiveram destaque nessa  
1024 reunião.
- 1025 **JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANA** – Está bem. Artigo 2º então, retirar da moção,  
1026 não. Artigo 12, § 2º e 5º, retirar da moção, não. O Artigo 6º, manter na moção, sim. O  
1027 Artigo 17, manter, sim, e o Artigo 18-B manter, sim.
- 1028 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
1029 Obrigado, Conselheira. Como vota Ministério da Saúde?
- 1030 **ADRIANA RODRIGUES CABRAL** – Ministério da Saúde vota, no Artigo 1º, contra o veto.  
1031 O Artigo 2º, também contra o texto da moção. O Artigo 12 também. Oi?
- 1032 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Pode repetir, o primeiro, Artigo 1º  
1033 permanece na moção ou não. Permanece o veto ou não do Artigo 1º.
- 1034 **ADRIANA RODRIGUES CABRAL** – Artigo 1º, o Ministério da Saúde é contra a moção. O  
1035 Artigo 2º também. O Artigo 12 também.
- 1036 **FABIANO MEZADRE POMPERMAYER** – É o contrário que ela está falando.
- 1037 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – É, não estou entendendo. Então é não.
- 1038 **FABIANO MEZADRE POMPERMAYER** – Tudo não, Roseli.
- 1039 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – É tudo não, está bem.

1040 **ADRIANA RODRIGUES CABRAL** – É tudo não, só o Artigo 17 que a gente se abstém,  
1041 Ministério da Saúde se abstém. E o Artigo 18-B manter a moção.

1042 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Esse Artigo 18-B não entrou, está gente,  
1043 ninguém pediu destaque, está bom?

1044 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
1045 Obrigado, Conselheira. Como é que vota Ministério de Minas e Energia, primeira vaga?

1046 **THIAGO GUILHERME FERREIRA PRADO** – Bom dia. Artigo 1º, Inciso I, não. Artigo 2º,  
1047 Inciso I, não. Artigo 12, Inciso IV, § 2º e 5º, não. Artigo 17, § 2º, Incisos I, II, III e § 4º, não.  
1048 Obrigado.

1049 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
1050 Obrigado, Conselheiro. Como vota a segunda vaga, Ministério de Minas e Energia?

1051 **SR. GUILHERME GODOI** – Bem, Guilherme Godoi do MME. Eu vou seguir o voto  
1052 anterior do meu colega, é não para todas as colunas.

1053 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
1054 Obrigado, Conselheiro. Roseli, por favor. Não para todas.

1055 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Já foi, já registrei.

1056 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** – Já?  
1057 Achei que ele deu uma travadinha, não apareceu. Como vota Ministério da Ciência,  
1058 Tecnologia e Inovações?

1059 **DIONE VÍTOR DOS SANTOS** – Oi, eu vou falar então, que eu pensei que o Bruno  
1060 estivesse presente, como ele não está, eu vou falar a nossa votação então. Artigo 1º, não.  
1061 O Artigo 2º, não. O Artigo 12, não. E Artigo 17, sim.

1062 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
1063 Obrigado, Conselheira. Meio Ambiente, alguém chegou? Meio Ambiente. Então como  
1064 vota Ministério do Turismo?

1065 **SRª. SINARA LEANDRA SILVA ALVES DE SOUZA (Membro Titular do CNRH)** – Bom  
1066 dia, Sinara, titular do Ministério do Turismo. O Artigo 1º, não. Artigo 2º, não. Artigo 12,  
1067 não. E o Artigo 17, sim.

1068 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
1069 Obrigado, Conselheira. Roseli, está conseguindo atualizar, Roseli?

1070 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Está, para mim aqui está, não sei se para  
1071 você está.

- 1072 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** – Está  
1073 ok. Como vota o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos? Acho que não  
1074 tem ninguém.
- 1075 **SR<sup>a</sup>. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Não estavam presentes.
- 1076 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
1077 Vamos passar para os Conselhos Estaduais. E distrital. Agora como vota Goiás, Mato  
1078 Grosso e Mato Grosso do Sul?
- 1079 **LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI** – Roseli, a Secretária Andrea está ou não?
- 1080 **SR<sup>a</sup>. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Olha, ela se encontra, ela se encontra.  
1081 Secretária Andrea, a senhora poderia falar?
- 1082 **LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI** – Se ela não votar, o Conselho do Mato  
1083 Grosso para todos os itens é não.
- 1084 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** – A  
1085 Conselheira Andrea está? Então Roseli, vamos botar os votos do Mato Grosso, a  
1086 Conselheira não se pronunciou.
- 1087 **LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI** – Obrigado.
- 1088 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** – Como  
1089 vota Distrito Federal e Espírito Santo?
- 1090 **SR<sup>a</sup>. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Hélio, você pode se pronunciar que o Jair  
1091 não se encontra.
- 1092 **SR. HÉLIO DE CASTRO PAULINO (1º Suplente)** – Então vamos lá. Primeira coluna,  
1093 não. Segunda coluna, não. Terceira coluna, não. E quarta coluna, sim.
- 1094 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
1095 Obrigado, Conselheiro. Como vota Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina?
- 1096 **SR. LEONARDO FERREIRA** – Bom dia. Eu estou como segundo suplente, meu nome  
1097 não consta ali, Leonardo Ferreira.
- 1098 **SR<sup>a</sup>. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Leonardo. Não saiu ainda a sua  
1099 publicação, está bem? Então não poderá se manifestar, infelizmente.
- 1100 **SR. LEONARDO FERREIRA** – Ok, obrigado.

- 1101 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** – Como  
1102 vota Minas Gerais e Rio de Janeiro e São Paulo? Como vota Minas Gerais, Rio de  
1103 Janeiro e São Paulo?
- 1104 **SR. LUIZ SANTORO** – Aqui é o Luiz Santoro, não sei se a Marília e a Jane estão aí na  
1105 reunião. Eu sou segundo suplente. Então eu vou: não, não, não e sim.
- 1106 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
1107 Obrigado, Conselheiro. Como vota Amapá, Tocantins e Rondônia?
- 1108 **LUÍS ROBERTO TAKIYAMA** – O primeiro item aí não, e os demais, sim. Ok?
- 1109 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** – Ok.  
1110 Obrigado, Conselheiro. Tem alguém com o microfone ligado. Como vota Roraima,  
1111 Amazonas e Pará. Como vota Roraima, Amazonas e Pará?
- 1112 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – O representante de Roraima se encontra  
1113 presente?
- 1114 **SR<sup>a</sup>. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Não.
- 1115 **SR. JOSÉ CARLOS** – Eu represento o Amazonas, estou substituindo o Secretário  
1116 Eduardo Taveira, sou Assessor dele, tem direito a voto?
- 1117 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** – Como  
1118 é seu nome?
- 1119 **SR. JOSÉ CARLOS** – José Carlos. Oi? Não entendi.
- 1120 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** – O  
1121 senhor não pode votar, o senhor não é Conselheiro.
- 1122 **SR. JOSÉ CARLOS** – Perfeito, só isso.
- 1123 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** – Como  
1124 vota Ceará, Piauí e Maranhão?
- 1125 **RAMON FLÁVIO GOMES RODRIGUES** – Ceará vota com o relator, tudo sim.
- 1126 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
1127 Obrigado, Conselheiro. Como vota Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco?
- 1128 **PAULO LOPES VARELLA NETO** – Não, não, sim, sim.



1129 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
1130 Obrigado, Conselheiro. Como vota Bahia, Sergipe e Alagoas? Como vota Bahia, Sergipe  
1131 e Alagoas? Por favor, tem alguém representante de Bahia, Sergipe e Alagoas?

1132 **SR<sup>a</sup>. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – No momento, não, secretário. No  
1133 momento, não, mas o Ailton estava no início da reunião, não sei se ele está indisponível  
1134 agora.

1135 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** – Então  
1136 quando terminar todos, eu faço uma nova chamada para aqueles que não estavam nesse  
1137 momento. Vamos embora agora passar para os usuários e sociedade civil. Como vota os  
1138 irrigantes?

1139 **SR. NELSON ANANIAS FILHO (Membro Titular do CNRH)** – Nelson Ananias Filho,  
1140 titular, CNA. O Artigo 1º, não, demais, sim. Obrigado.

1141 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
1142 Obrigado, Conselheiro. Como vota os prestadores de serviços públicos de abastecimento  
1143 de água e esgotamento sanitário?

1144 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (Membro Titular do CNRH)** – Wanderley  
1145 Paganini, Conselheiro Titular. Artigo 1º, não. Artigo 2º, não. Artigo 12, não. E Artigo 17,  
1146 sim.

1147 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
1148 Obrigado, Conselheiro. Como vota as concessionárias e autoridades de geração de  
1149 energia elétrica?

1150 **MÔNICA IRION ALMEIDA** – Votamos com o relator, todos os Artigos, sim.

1151 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
1152 Obrigado, Conselheira. Como vota o setor hidroviário?

1153 **SR. LUIZ FERNANDO RESANO** – Boa tarde. Bom dia, aliás, Luiz Fernando Resano,  
1154 representando o segundo Conselheiro e representando o titular, votamos com o relator,  
1155 tudo sim.

1156 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
1157 Obrigado, Conselheiro. Como vota as indústrias?

1158 **DAVI BOMTEMPO** – Bom dia a todos. Confederação Nacional da Indústria acompanha o  
1159 que foi estabelecido na Câmara Técnica, votamos para todos os Artigos, sim.

1160 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
1161 Obrigado, Conselheiro. Tem alguém com o microfone ligado, verifiquem o seu microfone,

1162 por favor. Como vota pescadores e usuários de recursos hídricos, com finalidade de lazer  
1163 e turismo?

1164 **SR. VINICIUS CRESPO** – Bom dia a todos. Vinicius Crespo, acompanho o  
1165 posicionamento da Câmara Técnica, só ressaltando que é uma recomendação, talvez não  
1166 seja aprovada pela presidência. Mas é todos os votos, sim, em homenagem a Câmara  
1167 Técnica.

1168 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
1169 Obrigado, Conselheiro. Como vota Comitês de bacias hidrográficas em rios de domínio da  
1170 união?

1171 **ANIVALDO DE MIRANDA PINTO** – Os Comitês votam não em todas as quatro colunas, e  
1172 só para efeito de gravação, embora não conste aí na votação, somos contra também o  
1173 Artigo 18-B. Obrigado.

1174 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
1175 Obrigado, Conselheiro. Como vota as Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa?

1176 **SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (Membro Titular do CNRH)** –  
1177 Conselheiro Jefferson Nascimento de Oliveira, titular, representando as Organizações  
1178 Técnicas de Ensino e Pesquisa e a Universidade Estadual Paulista, UNESP. Sim para o  
1179 Artigo 1º, não para o Artigo 2º, não para o Artigo 12, e sim para o Artigo 17. Muito  
1180 obrigado.

1181 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** – Como  
1182 vota, obrigado, Conselheiro. Como vota organizações não governamentais?

1183 **SR. MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS (Membro Titular do CNRH)** – Bom dia. Marco  
1184 Antônio. Nós vamos acompanhar o parecer da Câmara Técnica.

1185 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Secretário, tinha faltado o Ministério da  
1186 Cidadania, das Relações Exteriores e o da Agricultura, que ficou com problema.

1187 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** – Já  
1188 estão podendo votar.

1189 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Uma questão de ordem. A organização não  
1190 governamental, está errado o apontamento deles aí.

1191 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
1192 Senhores, por favor, desliguem seus microfones e deixem ligado só aqueles que vão se  
1193 pronunciar, está dando muito eco aqui. Ministério de Relações Exteriores está presente?  
1194 O Ministério voltou, Roseli, sabe dizer?

1195 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Não.

1196 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** – Quem  
1197 é o próximo? Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

1198 **GUSTAVO DOS SANTOS GORETTI** – Sim, vamos lá. Estou presente agora.

1199 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** – Pois  
1200 não.

1201 **GUSTAVO DOS SANTOS GORETTI** – Artigo 1º, não. Artigo 2º, sim. Artigo 12, sim. Artigo  
1202 17, não.

1203 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
1204 Obrigado, Conselheiro. Ministério da Cidadania.

1205 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Faltou um, eu acho, não é?

1206 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Não, o 18 não foi pedido destaques.

1207 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
1208 Ministério da Cidadania.

1209 **SR. SÉRGIO AUGUSTO DE QUEIROZ** – Sérgio Augusto de Queiroz, titular. O meu voto  
1210 é não para todos os Artigos.

1211 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
1212 Roseli, por favor, eu acho que já, todos já estão aqui?

1213 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Sim.

1214 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** – Posso  
1215 encerrar a votação? Ou alguém que não votou e queira votar? Não tem ninguém mais  
1216 para votar, Roseli, por favor, você pode nos dizer o resultado da votação, por favor?

1217 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Artigo 1º 22 contrários. Então retira da  
1218 moção. Artigo 2º, em relação à barragem, também não. Artigo 12, não, não permanece na  
1219 moção. Artigo 17, sim, permanece na moção. Os demais itens não foram pedidos  
1220 destaques, então permanece na moção. Será excluído da moção o Artigo 1º, o Artigo 2º,  
1221 o Artigo 12. Conforme resultado aqui apresentado.

1222 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
1223 Senhoras e senhores, acabamos a votação. Quero comunicar, então já foi dito aí,  
1224 declaramos já que a moção vai com a retirada dos itens 1, do Artigo 2º, do Artigo 12 e  
1225 permanece o 17, é isso Roseli?

1226 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – É isso, e os demais itens que não foi  
1227 pedido destaques.

1228 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** – Os  
1229 demais itens continuam na moção. Quero ceder a palavra a algum Conselheiro que queira  
1230 fazer alguns assuntos gerais. Tem algum Conselheiro que queira se pronunciar no final da  
1231 votação, lembrando que nós vamos ter três minutos para cada Conselheiro se manifestar.  
1232 Tem algum Conselheiro querendo se manifestar agora no final?

1233 **SR<sup>a</sup>. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Aparecida Vargas.

1234 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** – Pois  
1235 não, Aparecida, por favor.

1236 **SR<sup>a</sup>. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**  
1237 **CNRH)** – Bom dia a todos, bom dia, secretário. Obrigada pela palavra. Aparecida Vargas,  
1238 eu sou Conselheira Suplente do setor de concessionárias de geração de energia  
1239 hidrelétrica. Primeiro desejar as boas-vindas, agradecer a sua fala de início, que a gente  
1240 torce muito para que seja mantido, nós estamos precisando de pessoas que conduzam  
1241 esse Conselho Nacional e que tragam temas que façam com que ele se fortaleça e se  
1242 empodere. Em especial uma preocupação em relação ao CBH Grande, para que a gente  
1243 não deixe que isso aconteça novamente com algum outro Comitê, isso é muito importante  
1244 para o sistema, os Comitês é o que está na ponta do sistema e a gente precisa da  
1245 participação de Comitês. E em função do que aconteceu, vem o meu pedido, a gente  
1246 precisa do seu apoio para que a Conjur se manifeste com maior celeridade sobre os  
1247 nossos temas, nós tivemos essa semana a publicação do Regimento Interno que foi  
1248 aprovado em junho, estamos com esse problema com o grande por conta de problema  
1249 justamente de prazo de análise da Conjur, porque os prazos tinham sido todos cumpridos,  
1250 tanto pelo Comitê, quanto pelo próprio Conselho. E em função disso, eu pergunto se o  
1251 Conselho já tem algum retorno da Conjur sobre o pedido que foi feito de manifestação da  
1252 Conjur em relação ao GT custeio, sobre o custeio das entidades delegatárias. Porque nós  
1253 já estamos no final de setembro, e se o Conselho não se manifestar logo sobre isso, vai  
1254 chegar o final do ano e nós vamos ter também mais um problema ter que enfrentar aí  
1255 junto ao Conselho, ao sistema.

1256 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** – Muito  
1257 obrigado, Conselheira. Quero dizer, Conselheira Aparecida que a questão do Grande já  
1258 está no radar, do nosso radar, vamos fazer uma reunião com o Comitê, para definirmos  
1259 como é que vamos fazer. Quanto à questão da Conjur, eu já conversei, minha equipe está  
1260 conversando com o Secretário-Executivo, nós vamos colocar alguém da Conjur para  
1261 acompanhar agora na Câmara de Assuntos Legais, nós vamos colocar alguém da Conjur  
1262 lá, já para fazer uma prévia, para não ter nenhum problema de ter uma resolução do  
1263 Conselho e essa resolução não poder ser assinada. Então, ter alguma ilegalidade. Então  
1264 nós já estamos providenciando isso, e quanto à questão do Grande, volto a repetir que  
1265 está no nosso radar, e espero que seja resolvido até o final do ano, ou no mais, aliás, até  
1266 o final de outubro, nós estamos agora no final de setembro, então até mais tardar, o final

1267 de outubro, eu quero resolver essa questão do Grande ainda em outubro, está bom,  
1268 Conselheira?

1269 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**  
1270 **CNRH)** – E em relação ao pedido de consulta sobre o custeio das entidades delegatárias?

1271 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** – Já foi  
1272 feito, está em trâmite interno o parecer da Conjur, deve sair em breve.

1273 **SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Membro 2º Suplente do**  
1274 **CNRH)** – Está certo, obrigada. E deixando claro que isso não é uma crítica aos  
1275 representantes da Secretaria junto do CNRH, muito pelo contrário, a atuação, eu tive a  
1276 oportunidade de falar isso na última reunião, a atuação sempre foi primorosa, a gente não  
1277 tem o que reclamar, muito pelo contrário, de uma parceria muito grande. Então o meu  
1278 pedido é em relação ao Conjur, em especial, está bem, secretário?

1279 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** – Está  
1280 bom, obrigado, Conselheira. O próximo, por favor, quem é?

1281 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Anivaldo, Conselheiro Anivaldo.

1282 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
1283 Anivaldo, por favor, três minutos, por favor.

1284 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (Membro Titular do CNRH)** – Obrigado. Em  
1285 primeiro lugar só para aclarar, o encaminhamento da questão do apelo ao Presidente da  
1286 República para que apoie a melhoria do orçamento para a Agência Nacional de  
1287 Mineração, a Associação dos Municípios Mineradores já encaminhou apoio nesse  
1288 sentido, solicitando R\$ 150 milhões para o próximo orçamento, e não apenas os 65 que  
1289 estão previstos, segundo informações da mídia, o que representaria uma diminuição,  
1290 tornando dramática a situação da fiscalização dos barramentos, coisa que eu reputo mais  
1291 importante até do que, sem demérito ao que foi feito, do que nós discutimos hoje. Então  
1292 eu acho essa questão essencial. Então vamos formalizar, a Secretaria-Executiva, em  
1293 nome do segmento dos Comitês, uma moção dirigida ao Presidente da República, com  
1294 este apelo e apelando também para que haja celeridade nesse sentido. Finalmente não  
1295 vou repetir o que a Conselheira Aparecida disse, mas nós compartilhamos com a  
1296 preocupação em dar uma solução viável para o Comitê do Grande, e em relação à  
1297 questão do custeio, estamos também na expectativa do retorno da matéria, visto que  
1298 estamos nos aproximando do final do ano. Muito obrigado.

1299 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Conselheiro Davi Bomtempo.

1300 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
1301 Obrigado, obrigado, Conselheiro. A questão que o senhor colocou está em análise, no

1302 relatório de segurança de barragem, e nós vamos levar em consideração. O próximo, por  
1303 favor.

1304 **SR. DAVI BOMTEMPO (Membro Titular do CNRH)** – Ok. Bom dia a todos, bom dia,  
1305 secretário. Apenas para dar as boas-vindas e parabenizar da forma que foi conduzido o  
1306 trabalho, de uma forma bastante dinâmica, bastante objetiva. E é somente isso que eu  
1307 tenho a falar. Muito obrigado e seja bem-vindo.

1308 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
1309 Obrigado, Conselheiro. Próximo?

1310 **SR<sup>a</sup>. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Conselheiro Ramon Rodrigues.

1311 **SR. RAMON FLÁVIO GOMES RODRIGUES (Membro Titular do CNRH)** – Secretário  
1312 Sérgio Luiz, bom dia, bom dia a todos. Em nome do Conselho Estadual de Recursos  
1313 Hídricos e do seu Presidente, Secretário Francisco Teixeira, eu o queria dar as boas-  
1314 vindas. Dizer que sua equipe tem tocado o Conselho Nacional de Recursos Hídricos com  
1315 muita competência, o Diretor que tem, Renato Teixeira vinha coordenando. O pessoal de  
1316 apoio, mas sempre é bom o secretário estar à frente, porque a gente precisa muito do  
1317 apoio dos senhores para que esse Conselho seja cada dia mais fortalecido. Seja bem-  
1318 vindo, conte conosco para todos os assuntos. Bom dia para o senhor e para sua equipe.

1319 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
1320 Obrigado, Conselheiro. Deixar, reiterar aqui de novo, que o nosso objetivo e nossa  
1321 intenção é deixar o Conselho Nacional de Recursos Hídricos mais fortalecido e com mais  
1322 representatividade nas questões de recursos hídricos. Por favor.

1323 **SR<sup>a</sup>. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Conselheiro Hélio de Castro.

1324 **SR. HÉLIO DE CASTRO PAULINO (1º Suplente)** – Bom dia a todos. A minha fala é no  
1325 sentido de desejar boas-vindas ao Secretário Sérgio Luiz. Parabenizar da mesma  
1326 situação a Secretaria-Executiva e a condução do Renato. E solicitar, já que o secretário  
1327 disse que vai colocar uma lupa na questão envolvendo o Comitê do Grande, solicitar ao  
1328 secretário, a secretaria, que inclua também aí na lupa, um movimento que existe na Bacia  
1329 Hidrográfica do Rio São Mateus, de criação do Comitê Federal. Esse movimento já existe,  
1330 envolvendo o Comitê Capixaba, e também o Comitê Mineiro. Então solicitar aí a inclusão  
1331 na lupa aí da secretaria, a possível criação do Comitê Federal da Bacia Hidrográfica do  
1332 Rio São Mateus. Eram essas as minhas palavras e muito obrigado.

1333 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
1334 Obrigado, Conselheiro. Estou pedindo aqui para o meu pessoal anotar, e também entrará  
1335 no nosso radar a questão que foi solicitada pelo senhor. Obrigado pelas boas-vindas.

1336 **SR<sup>a</sup>. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Conselheira Mônica Irion Almeida.

1337 **SRª. MÔNICA IRION ALMEIDA (Membro Titular do CNRH)** – Mônica Irion Almeida,  
1338 representante das concessionárias. Vou me somar aos demais Conselheiros, em elogiar a  
1339 condução da reunião de hoje, seja bem-vindo, secretário. Secretaria-Executiva vem  
1340 fazendo um excelente trabalho e a gente queria reconhecer. Com relação à matéria que  
1341 foi votada hoje, agradecer, nós solicitamos em pelo menos duas ou três ocasiões que  
1342 fosse pautada. Então esse agradecimento aí em reconhecimento a convocação  
1343 extraordinária de hoje. E colocar o setor à disposição aí para os desdobramentos futuros  
1344 aí de regulamentação da matéria. Só gostaria de deixar em aberto aí que estamos à  
1345 disposição aí com os profissionais da área que atuam em segurança de barragem. E  
1346 parabenizar a Câmara Técnica de Segurança de Barragem pelo excelente trabalho que  
1347 foi realizado.

1348 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
1349 Obrigado, Conselheira. Próximo. Professor Jefferson, por favor.

1350 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Professor Jefferson.

1351 **SR. JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (Membro Titular do CNRH)** – Bem, de  
1352 novo estamos aqui participando, realmente espero que o senhor secretário participe com  
1353 mais efetividade dessas nossas reuniões, e é muito importante esse seu pensamento de  
1354 fortalecimento desse Conselho. Durante muito tempo ficou um pouco à deriva das  
1355 decisões. E parabenizar aí a condução também nas outras reuniões do Renato, da Roseli,  
1356 aí do seu lado tem o Anderson também, que fez um excelente trabalho, é uma equipe  
1357 muito restrita, que leva esse barco, entendeu, de uma forma muito coesa e muito  
1358 abrangente. Nós estamos aqui representando as Organizações Técnicas de Ensino e  
1359 Pesquisa, e a academia e essas organizações, ABES, ABRHidro, ABAS, estão aqui  
1360 somando esforços para ajudar na condução da melhoria dos recursos hídricos do Brasil.  
1361 Parabéns pela condução mais uma vez e sucesso nessa empreitada aí que o senhor  
1362 começou esse ano. Um abraço.

1363 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
1364 Obrigado, Conselheiro. Mais alguém?

1365 **SRª. ROSELI SOUZA (Secretaria-Executiva)** – Wanderley Paganini. Conselheiro  
1366 Wanderley.

1367 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (Membro Titular do CNRH)** – Muito obrigado  
1368 pela palavra. Secretário, repetir aí o que os colegas, eu represento os prestadores de  
1369 serviço de água e esgoto, as empresas de saneamento. Queria dar as boas-vindas. Mas  
1370 eu também queria aqui parabenizar o Renato, o Anderson e a Roseli, pela condução das  
1371 reuniões que ocorreram anteriormente, e também queria dar os parabéns para a Câmara  
1372 Técnica de Segurança de Barragem, que nos trouxe e conseguiu trazer subsídio com  
1373 muita clareza para que pudéssemos ter uma reunião objetiva. Secretário, finalizando a  
1374 minha fala, não vou usar os três minutos, mas eu diria o seguinte: a tua presença

1375 fortalece o CNRH, sem medo de afirmar isso, é claro que nós estamos falando aqui não  
1376 só da pessoa, mas também da instituição presente, nos fortalece e é o que nós estamos  
1377 precisando. É um Conselho que tem representação do Brasil todo, junto a uma gama  
1378 enorme de conhecimento nesta sala. Então acho que a tua presença nos fortalece,  
1379 secretário, tenha isso em mente e nós nos sentimos representados também no Governo  
1380 Federal. Muito obrigado.

1381 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH)** –  
1382 Obrigado, Conselheiro. Quero reforçar como já venho dito aqui, que eu na minha visão,  
1383 eu tenho uma visão do Conselho Nacional de Recursos Hídricos como uma importante  
1384 ferramenta das, de nossas políticas de governo. Então eu acho que o Conselho tem que  
1385 estar presente nas decisões, e esse foi um dos motivos em que eu fiz questão de  
1386 convocar essa assembleia extraordinária exatamente para votarmos a moção, porque eu  
1387 achei que era de extrema importância o Conselho se pronunciar perante a lei, perante o  
1388 PL 550. Aqui vocês têm meu compromisso de trabalhar junto com vocês Conselheiros,  
1389 para fortalecer o Conselho, para que a gente possa fazer um plano de recursos hídricos,  
1390 um Plano Nacional de Recursos Hídricos, para que a gente possa trazer através de  
1391 nossas resoluções, de nossas moções, trazer para a sociedade uma amostra do que é o  
1392 Conselho, mostrar o que o Conselho, muitas vezes as pessoas não sabem a função do  
1393 Conselho, então eu acho que isso é importante, que a sociedade conheça as opiniões do  
1394 Conselho. Por isso aqui meu comprometimento com o Conselho e com vocês  
1395 conselheiros. Então fica aqui registrado que claro, que às vezes por agenda, a gente não  
1396 pode estar presente, então, mas toda vez que possível, eu estarei presente e também  
1397 estarei debatendo com todos os Conselheiros, as portas aqui da secretaria estão abertas.  
1398 Então fiquem à vontade para marcar uma reunião comigo, se assim desejarem, porque eu  
1399 preciso também conhecer um pouco mais do Conselho, estou chegando agora, conhecia  
1400 pouco o Conselho, estou conhecendo um pouco mais agora. Então assim, fico à  
1401 disposição de todos vocês. O próximo, por favor. Por favor, Paulo Varela.

1402 **SR. PAULO LOPES VARELA NETO (Membro Titular do CNRH)** – Bom, aqui não tem  
1403 jeito de ser redundante, mas eu queria aqui expressar toda a nossa, o nosso  
1404 reconhecimento aí pelo trabalho da equipe, que num ano difícil, com a pandemia em  
1405 curso, manteve o Conselho ativo e ocupando o espaço que a ele cabe. A gente tem que  
1406 reconhecer o Conselho realmente como top do sistema. Mas eu queria também, não  
1407 podia deixar de fazê-lo, enquanto representante do Conselho, mas também de todos os  
1408 potiguares, abraçar aí ao Secretário Sérgio que é nosso conterrâneo, desejar a ele toda  
1409 sorte, certamente a sua presença aí na frente do Conselho vai engrandecê-lo. E nós  
1410 temos aí pautas e grandes desafios pela frente, acho que o Conselho está no caminho,  
1411 mas ele tem que ocupar ainda as grandes pautas nacionais, enfim, nós temos aí grandes  
1412 desafios, eu tenho certeza, Sérgio, que a sua presença aí vai ajudar isso. Então fica aqui  
1413 o abraço, além dos três estados que a gente representa, em especial aí dos seus  
1414 conterrâneos potiguares.



1415 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) –**  
1416 Obrigado Dr. Paulo Varela. Como o senhor bem sabe, vamos precisar muito das suas  
1417 opiniões, o senhor é uma pessoa que eu respeito muito, então fica aqui meu  
1418 agradecimento ao senhor como conterrâneo, e dizer que aproveitar esse gancho aqui, e  
1419 dizer que estou precisando falar com o senhor algumas questões, vou pedir para minha  
1420 secretária ligar para o senhor, está bom? Muito obrigado pelas palavras, Paulo. Por favor,  
1421 a Coordenadora da Câmara Técnica, Cristiane Battiston, por favor.

1422 **SRª. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MDR - Coordenadora da CTSB/CNRH) –**  
1423 Obrigada, secretário. Eu também deixo minhas boas-vindas aqui como Presidente do  
1424 Conselho e como nosso Secretário. A equipe está a sua disposição para todos esses  
1425 desafios. Eu não podia deixar de responder a todas essas menções. A Câmara Técnica  
1426 de Segurança de Barragem, a gente agradece o empenho da equipe, que é representante  
1427 de vocês, inclusive, é muito grande na Câmara Técnica. E eu agradeço muito. A  
1428 competência do Conselho também é muito elevada sobre ele, então fica meu  
1429 agradecimento a vocês.

1430 **SR. SÉRGIO LUIZ DE SOUZA COSTA (SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CNRH) –**  
1431 Obrigado, Cristiane. Tem mais alguém inscrito? Senhores Conselheiros, quero aqui  
1432 agradecer a participação de todos, como minha primeira reunião, eu achei que foi uma  
1433 reunião extremamente profícua, foi rápida, foi objetiva. Confesso a vocês que pensei que  
1434 fosse ser monótono, mas não foi, então eu quero agradecer aqueles que se  
1435 pronunciaram, quero agradecer a todos os Conselheiros que participaram. E vou aqui  
1436 declarar encerrada a 45ª Reunião Extraordinária do CNRH. Muito obrigado a todos.

1437 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO –** Um grande abraço, boa tarde a todos. Cuidem-  
1438 se bem.